



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Em busca de uma Estratégia Energética da União Europeia para o Ártico

A UE no contexto da Cooperação Multilateral  
Regional: O caso do Barents Euro-Arctic Council  
(2014-2022)

Mariana Rita Valério Balona

Orientador: Prof. Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estratégia

Em busca de uma Estratégia Energética  
da União Europeia para o Ártico  
A UE no contexto da Cooperação  
Multilateral Regional: O caso do Barents  
Euro-Arctic Council (2014-2022)

***Mariana Rita Valério Balona***

*Orientador: Prof. Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão*

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estratégia

Júri:

Presidente: Doutora Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e Silva,  
Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências Sociais  
e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais: Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Professora Associada do  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade  
de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

Doutor Edgardo Medeiros da Silva, Professor Auxiliar do Instituto  
Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de  
Lisboa;

Doutor Jaime Carlos do Vale Ferreira da Silva, Professor Auxiliar  
Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da  
Universidade de Lisboa.

*Lisboa*

*2024*

## Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa o culminar de um percurso desafiante, mas igualmente gratificante, que não seria possível sem o apoio, orientação e incentivo de várias pessoas a quem quero expressar a minha profunda gratidão.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Sandra Balão, pela sua dedicação, paciência e valiosos conselhos ao longo deste processo. A sua orientação foi fundamental para a concretização desta dissertação, assim como a sua disponibilidade em partilhar conhecimento e fornecer feedback construtivo em cada etapa.

Agradeço também aos meus colegas e amigos, que sempre estiveram presentes, oferecendo palavras de incentivo e momentos de descontração, essenciais para manter o equilíbrio ao longo deste percurso. A vossa companhia tornou este caminho mais leve e agradável.

À minha família, um sincero agradecimento pelo apoio incondicional e constante ao longo de toda a minha vida académica. A vossa confiança em mim e o vosso carinho foram a força que me manteve firme nos momentos mais desafiantes. Estar-vos-ei eternamente grata.

**A todos um grande obrigado!**

## Resumo

Esta investigação foi realizada no âmbito do programa de Mestrado em Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, tendo como objetivo a obtenção do grau de Mestre em Estratégia. O estudo incide sobre o papel da União Europeia (UE) no Ártico, especificamente no sector energético. Analisa o envolvimento da UE no Barents Euro-Arctic Council (BEAC) entre 2014 e 2022, argumentando que, através da instrumentalização do BEAC, a UE poderá concretizar os seus interesses estratégicos em matéria de energia na região do Ártico. Esta investigação pretende demonstrar este argumento e identificar os principais vetores estratégicos da ação da UE no sector energético no Ártico.

A investigação adota uma perspetiva construtivista, considerando a realidade como uma construção social moldada por processos sociais, políticos e culturais e assenta numa metodologia interpretativista, adotando um estudo de caso simples de lógica indutiva. O objeto de estudo desta dissertação foi enquadrado à luz do quadro teórico da Teoria da Estratégia, centrando-se na relação entre Estratégia e Política de Abel Cabral Couto e no quadro das Interações Estratégicas do Almirante Silva Ribeiro, com uma análise complementar utilizando a Teoria dos Jogos Cooperativos. A escolha deste enquadramento teórico é justificada pela sua pertinência para a análise da participação da União Europeia no contexto da cooperação multilateral visto que, os autores e teorias mencionadas rejeitam a limitação da realidade social às relações de conflito, indicando a cooperação como a estratégia que possibilita maximizar os interesses dos atores, neste caso, os interesses da União Europeia no Ártico.

O Ártico, afetado pelas alterações climáticas e pelo degelo, que revelou novos depósitos de hidrocarbonetos, tornou-se uma região de competição, particularmente intensificada pelo conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia. Neste contexto, diversos atores, entre os quais a UE, procura cooperar para garantir o acesso aos recursos do Ártico. O interesse da UE no Ártico tem crescido a par das preocupações com as alterações climáticas, apresentando desafios ambientais e geopolíticos para os Estados do Ártico e oportunidades para os atores internacionais na extração de recursos e produção de energia.

A investigação contribui para o debate sobre o envolvimento da UE em organizações multilaterais para consolidar a sua Estratégia Energética e, especificamente, para a definição de uma Estratégia Energética da UE para o Ártico.

**Palavras-chave:** Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents, União Europeia, Ártico, Recursos energéticos, Estratégia

### *Abstract*

This research was carried out as part of the Master's programme in Strategy at the Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) of the University of Lisbon, with the aim of obtaining a Master's degree in Strategy. The study focuses on the role of the European Union (EU) in the Arctic, specifically in the energy sector. It analyses the EU's involvement in the Barents Euro-Arctic Council (BEAC) between 2014 and 2022, arguing that by instrumentalising the BEAC, the EU will be able to realise its strategic energy interests in the Arctic region. This research aims to demonstrate this argument and identify the main strategic vectors of EU action in the energy sector in the Arctic. The research adopts a constructivist perspective, considering reality as a social construction moulded by social, political and cultural processes, and is based on an interpretivist methodology, adopting a simple case study with inductive logic. The object of study of this dissertation was framed in the light of the theoretical framework of Strategy Theory, focusing on the relationship between Strategy and Politics by Abel Cabral Couto and the framework of Strategic Interactions by Admiral Silva Ribeiro, with a complementary analysis using the Theory of Cooperative Games. The choice of this theoretical framework is justified by its relevance to the analysis of the European Union's participation in the context of multilateral cooperation, since the authors and theories mentioned reject the limitation of social reality to relations of conflict, indicating cooperation as the strategy that makes it possible to maximise the interests of the actors, in this case, the interests of the European Union in the Arctic. The Arctic, affected by climate change and melting ice, which has revealed new deposits of hydrocarbons, has become a region of competition, particularly intensified by the armed conflict between Ukraine and Russia. In this context, various actors, including the EU, are seeking to cooperate in order to guarantee access to Arctic resources. The EU's interest in the Arctic

has grown in tandem with concerns about climate change, presenting environmental and geopolitical challenges for Arctic states and opportunities for international actors in resource extraction and energy production. The research contributes to the debate on the EU's involvement in multilateral organisations to consolidate its Energy Strategy and, specifically, to the definition of an EU Energy Strategy for the Arctic.

**Keywords:** Barents Euro-Arctic Council, European Union, Arctic, Energy Resources, Strategy

## Índice

Introdução.....	9
Revisão da Literatura.....	13
Enquadramento Teórico .....	20
Teoria Geral da Estratégia: Relação entre a Estratégia e a Política (Couto, 1982) e Tipologia dos Processos Conjuntivos (Ribeiro, 2020) .....	20
Teoria de Jogos Cooperativos: Dilema dos Prisioneiros Iterativo.....	21
Operacionalização dos Conceitos .....	24
Pergunta e objetivos de investigação.....	31
Opções Metodológicas .....	32
Capítulo 1 – Geopolítica dos Recursos Energéticos e <i>Governance</i> do Ártico .....	36
1.1. A Região do Ártico Europeu.....	36
1.2. Recursos energéticos não renováveis.....	37
1.3. Recursos energéticos renováveis .....	40
1.4. A <i>Governance</i> do Ártico assente na Cooperação .....	41
1.4.1. Organizações Multilaterais do Ártico: BEAC .....	43
1.5. Papel da União Europeia na <i>governance</i> do Ártico .....	45
Capítulo 2 – Objetivos Estratégicos da União Europeia para o Ártico no setor energético .....	48
Capítulo 3 – Estratégia Energética Da União Europeia .....	53
Capítulo 4 – Participação da União Europeia no BEAC .....	58
4.1. Importância do BEAC para a prossecução dos objetivos estratégicos da UE no Ártico .....	58
4.2. Participação da UE no BEAC: setor energético .....	58
4.2.2. Programas de financiamento para a cooperação científica .....	59
Capítulo 5 – Análise e Discussão de Resultados .....	62
5.1. Evolução das prioridades e ações da UE no Ártico no setor energético 2014 - 2022 .....	62
5.2. Vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico .....	65

Conclusão .....	69
Bibliografia.....	75

## Índice de Figuras

Figura 1: Sub-região do Ártico Europeu (esquerda) e Mar de Barents (direita).....	37
Figura 2: Petróleo, gás e recursos mineiros no Ártico.....	38
Figura 3: Estrutura organizacional da Cooperação do Mar de Barents.....	45
Figura 4: Evolução das principais ações e prioridades da Estratégia Energética da UE.....	64
Figura 5: Evolução dos principais objetivos e prioridades da Estratégia e Política da UE no Ártico .....	65

## Introdução

A presente investigação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estratégia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre em Estratégia. O objeto de estudo é a ação da União Europeia no Ártico, no setor energético. Para tal, exploramos a sua participação no Barents Euro-Arctic Council (que doravante será denominado pela sigla BEAC) entre 2014 e 2022. Nesta investigação, argumentamos que através da instrumentalização<sup>1</sup> do BEAC, a UE poderá concretizar os seus interesses estratégicos no setor energético, na região do Ártico. Procuramos com esta investigação demonstrar o nosso argumento e identificar os vetores estratégicos centrais da ação da UE no Ártico no setor energético adotando, para tal, uma metodologia de natureza Interpretativista.

Consideramos importante começar por referir qual a posição ontológica que adotámos no âmbito desta investigação e em função do objeto de estudo, visto que toda a investigação terá que estar articulada e ser coerente com tais opções. Nesta dissertação, seguimos a perspetiva construtivista, que assume a realidade como resultado da construção social, moldada por processos sociais, políticos e culturais. Segundo Furlong e Marsh, nesta perspetiva, as realidades são locais e específicas, variam entre indivíduos/grupos (Furlong & Marsh, 2010). Como tal, de acordo com estes autores: “*constructions are ontological elements of reality. They are not true, but rather more informed or more consistent. Consequently, although all constructions are meaningful, some are flawed because they are inconsistent or incomplete.*” (Furlong & Marsh, 2010, p. 190).

O Ártico, fruto do degelo que possibilitou a descoberta de novas jazidas de hidrocarbonetos no Oceano Glacial Ártico, vive atualmente um cenário de competição, particularmente reforçado pelo conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia (Balão, 2012). Os Estados do Ártico procuram assegurar as suas Zonas Económicas Exclusivas e Plataformas Continentais, ao passo que alguns atores do Sistema Internacional interessados nos recursos do Ártico, procuram assegurar a cooperação, garantindo o acesso aos recursos daquela região (atores como a China e a Índia) (Humpert, 2023). Outros, por exemplo, os Estados Membros da União Europeia, procuram diversificar as fontes de fornecimento energético, distanciando-se no caso da região do Ártico do

---

<sup>1</sup> Com o termo “instrumentalização” procuramos expressar o recurso à participação da Comissão Europeia no seio do BEAC, assim como o recurso às suas instituições e fóruns com o objetivo de incrementar a sua participação na *governance* do Ártico e projetar os seus objetivos estratégicos no setor energético.

tradicional fornecedor energético, a Rússia, que deixou de ser um fornecedor de confiança (Humpert, 2023).

Este interesse pelo Ártico afirmou-se com o agravamento das alterações climáticas e com o consequente degelo que, para a maioria dos Estados do Ártico tem-se vindo a revelar um problema com consequências ambientais e geopolíticas (Balão, 2012; Leal, 2014). Contudo, este fenómeno tem vindo a ser entendido para diversos atores do sistema internacional como oportunidade, no que respeita à captação de recursos e produção energética (Leal, 2014).

O cenário geopolítico do Ártico foi selecionado para esta investigação assente em 3 razões: 1) na potencialidade energética da região, centrada nos recursos fósseis conhecidos e estimados - “[...], *about 30% of the world's undiscovered gas and about 13% of the world's undiscovered oil may be present in the Arctic, mostly offshore under less than 500m of water.*” (Gautier, 2011, p. 1), e a existência de condições favoráveis ao desenvolvimento de produção de energia renovável, entre as quais a eólica, solar, geotérmica e hidroelétrica (U.S. Department of Energy, 2020); 2) nas ligações geopolíticas entre o Ártico e a União Europeia, relacionadas com as relações energéticas que a União Europeia mantém com os Estados do Ártico, principalmente com a Rússia e a Noruega, sobretudo face ao ambiente de competição estratégica de elevada tensão que ali se observa; 3) na integração e/ou participação da União Europeia em diversas organizações multilaterais do Ártico, designadamente no BEAC, como forma de assegurar os objetivos estratégicos centrais no domínio energético (Biedermann, 2020).

Relativamente ao BEAC, a justificação da seleção desta organização subjaz ao facto da região do Mar de Barents assumir particular importância energética (renovável e não renovável) (Hasle, Kjellén, & Haugerud, 2009) e de a União Europeia deter maior capacidade de ação e de tomada de decisão no seio desta organização, visto que a Comissão Europeia é um Membro Permanente, a par com os Estados escandinavos da Dinamarca, Finlândia, Suécia (Estados Membros da União Europeia), Islândia e Noruega (Membros do Espaço Económico Europeu) (Bailes & Ólafsson, 2017).

Assim, de acordo com a evolução do *status quo* da região do Ártico, em particular nos domínios ambiental e geopolítico, despoletaram a necessidade de definição de estratégias direcionadas para este cenário do panorama geopolítico mundial.

A União Europeia, enquanto ator interessado no Ártico, tem vindo a desenvolver parcerias e projetos de cooperação científica para o desenvolvimento sustentável da

região nos seus diversos setores: proteção da população indígena; proteção ambiental; pesca sustentável; desenvolvimento de rotas de transporte marítimo; energia renovável e não renovável; cooperação política e económica (Hasanat, 2010; Renault, 2022).

Este interesse da UE pela potencialidade geopolítica desta região foi publicado através da Resolução do Parlamento Europeu de 2008 sobre a *governance* do Ártico (Parlamento Europeu, 2008). No âmbito da energia, a UE destaca o Ártico como uma região extremamente importante para a formulação da Política Energética da Europa, destacando o Arctic Council como principal ator na *governance* do Ártico (Parlamento Europeu, 2014).

O hiato temporal desta investigação é o período entre 2014 (anexação da Crimeia) e 2022 (conflito armado entre a Rússia-Ucrânia), em que se verifica o comprometimento da confiança do fornecimento energético russo à Europa (Nakhle, 2022). Em súpula, a crise de fornecimento energético que sucedeu à anexação da Crimeia parece ter constituído um momento crucial para a identificação da necessidade de redefinição da Estratégia Energética da UE, e o mais recente conflito armado Rússia-Ucrânia reforçou a urgência da exclusão da Rússia como principal fornecedor energético (Nakhle, 2022).

Com o objetivo de fazer face à insegurança do fornecimento energético, no curto prazo, a UE procurou fortalecer as relações com outros fornecedores energéticos do Ártico (Comissão Europeia, 2022). No longo prazo, a UE tem vindo a investir numa “estratégia reforçada [...] e numa política reforçada de energias renováveis e eficiência energética que reduza significativamente a dependência da União de fontes externas e que melhore, assim, a sua posição de segurança” (Parlamento Europeu, 2014, p. 7).

Considerando como quadro de referência a Estratégia Energética da União Europeia, esta investigação debruça-se sobre a identificação dos vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético, à luz da participação da Comissão Europeia no BEAC, entre 2014 e 2022.

Com esta investigação, procuramos contribuir para a discussão sobre o envolvimento da UE em organizações multilaterais para a consolidação da sua Estratégia Energética.

No que diz respeito à abordagem teórica adotada para esta dissertação partimos do contributo teórico-conceitual da Teoria da Estratégia, através da relação entre Estratégia e Política de Abel Cabral Couto e da conceptualização das Interações Estratégicas na tipologia dos processos de interação internacional do Almirante Silva Ribeiro. Secundariamente, construímos a análise recorrendo à Teoria de Jogos Cooperativos

(aplicada à área da Estratégia) no contexto do Dilema dos Prisioneiros Iterativos, através do contributo de autores como Axelrod (1980, 2006), Keohane (1984, 1989) e Snidal (1985).

Ademais, e ainda no âmbito do enquadramento teórico, por trabalharmos a ação da UE no Ártico no setor energético, no contexto de cooperação multilateral, determinámos importante enquadrar o objeto de Estudo na discussão sobre o estado do Ártico: O Ártico enquanto região de cooperação ou enquanto região de conflito.

Adotámos para esta dissertação os conceitos centrais: Estratégia, Cooperação Internacional e Regionalismo, Diplomacia Científica e *Governance* Estratégica. Focando a conceptualização destes conceitos à luz da instrumentalização das organizações multilaterais pela UE no contexto do Ártico.

A dissertação será estruturada mediante 5 capítulos. O primeiro capítulo desenvolve, em primeiro lugar, a conjuntura geopolítica da energia e da *governance* do Ártico no âmbito da cooperação multilateral, destacando o BEAC. Secundariamente, examinamos o papel da UE na *governance* do Ártico.

Nos capítulos 2 e 3 analisamos, respetivamente, os objetivos da UE para o Ártico no setor energético, explanados nos documentos da UE sobre o Ártico entre 2014 e 2022 e as Estratégias Energéticas da UE entre 2014 e 2022. Nestes capítulos procuramos fazer o levantamento da informação (objetivos, prioridades, áreas e formas de atuação) sobre a ação da UE no setor energético no Ártico. No quarto capítulo, analisamos a participação da UE no BEAC no setor energético. Destacamos, primeiramente, a importância do BEAC para a prossecução dos objetivos estratégicos da UE no Ártico, seguindo para a análise da contribuição da UE no BEAC no setor energético, principalmente à luz dos programas de financiamento para a cooperação científica na região do Mar de Barents. Neste capítulo procuramos identificar os objetivos, prioridades e onde são empregues os instrumentos estratégicos da UE no Ártico no setor energético. No quinto capítulo, expomos a análise interpretativa da informação resultante do levantamento realizado nos capítulos anteriores, culminando, na conclusão, com a identificação<sup>2</sup> dos vetores estratégicos centrais da ação da UE no Ártico, no setor energético entre 2014 e 2022.

---

<sup>2</sup> Resultante da análise interpretativa do investigador dos documentos e bibliografia utilizada nesta investigação.

## Revisão da Literatura

A relevância atribuída ao cenário geopolítico do Ártico tem-se vindo a refletir no desenvolvimento científico nas diversas áreas das ciências sociais, entre as quais Geopolítica, Relações Internacionais, Ciência Política, Estratégia, Direito Internacional e Sociologia. Na literatura, no âmbito científico da Estratégia, das Relações Internacionais e da Segurança (particularmente relevantes para esta dissertação), destacam-se autores como Sandra Balão com as obras “A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico” (2012) e “*Globalization, the Geopolitics of the European Union Arctic Strategy and [some of] the New Challenges for the 21st Century*” (2015); Raspotnik e Østhagen com a obra *What about the Arctic? The European Union’s Geopolitical Quest for Northern Space* (2021) e Andreas Østhagen (2013, 2017, 2019) que realçam a emergência da União Europeia como ator com interesses estratégicos a defender na região do Ártico, assim como a respetiva evolução do seu investimento orientado para garantir e fortalecer a sua influência na região. Por seu turno, Dobson e Trevisanut, com a obra, *Climate Change and Energy in the Arctic—The Role of the European Union* (2018), que analisam o desenvolvimento da ambígua posição da União Europeia, procurando explorar, em última análise, em que medida está a UE a cumprir as suas próprias aspirações de liderança no domínio do combate às alterações climáticas e de definição e sustentação da Estratégia Energética, face à dependência dos recursos energéticos fósseis do Ártico. Esta obra explora a ação da UE no Ártico identificando as prioridades e o investimento da UE no Ártico no setor energético até 2018, imprescindíveis para a identificação dos vetores estratégicos da UE no setor energético do Ártico.

Sobre a participação da União Europeia no BEAC, destacam-se os contributos de Zavadskaja (2014); Lipponen (2015); Chater (2016); Conde Pérez & Yaneva (2016); Osofsky, Shadian, & Fechtelkötter (2016); Bailes & Ólafsson (2017); Biedermann (2020); Renault (2022). Destes autores depreende-se a particular importância do BEAC para a prossecução das ambições da União Europeia no Ártico, no sentido em que “*the BEAC is consciously used—at least by the EU’s External Action Service [...] —as a practical, low-key and low-risk channel for consolidating the Union’s place and the impact of its funds and policies in the Euro-Arctic zone.*” (Bailes & Ólafsson, 2017, p. 50). Ademais, constitui um fórum eficaz para o desenvolvimento e consolidação das

relações com os Estados não pertencentes à União Europeia, entre os quais, a Rússia, Noruega e Islândia (Zavadskaia, 2014).

Porém, a UE participa nos assuntos energéticos no seio do BEAC através da promoção de projetos científicos direcionados para a região do Barents através dos diversos Working Groups desta organização:

*“The cooperation projects of the Barents Working Groups have been financed either from national financing sources or from the Nordic or EU Programmes. The most important source for project financing during the past few years has been the Kolarctic Cross-Border Cooperation Programme”* (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015).

Dada a principal forma de cooperação da UE no Ártico no contexto da cooperação multilateral (financiamento e promoção de projetos científicos), destacamos, centrado na diplomacia científica, o trabalho de Heidi Renault (2022), Andreas Raspotnik (2018). Estes autores focam o uso da diplomacia científica por parte da União Europeia para promover os seus interesses estratégicos e de afirmação regional no Ártico:

*“The importance of the EU capabilities in scientific research and cooperation, whether it is to assess climate change or support sustainable development, allows blending strategic interests in a more altruistic discourse. It tends to show all the means and resources the EU can provide to the Arctic research, blurring its strategic interests.”* (Renault, 2022, p. 18).

A nível dos trabalhos académicos nacionais, entre as dissertações de mestrado destacamos: Rúben Pereira (2014), trata a temática da Estratégia Energética Europeia para o Ártico, pela sua acessão analítica à geopolítica dos recursos do Ártico e Estratégia Energética da União Europeia até 2014, conferindo uma contextualização à presente investigação; Diogo Amorim (2013) expõe a questão das Estratégias de Segurança Energética do Canadá e da Noruega para o Ártico. Destacamos a análise conjuntural da geopolítica dos recursos do Ártico, indispensável ao entendimento da estratégia e intervenção da União Europeia nesta região; André Santos (2016), a política externa da União Europeia no Ártico entre 1995 e 2015. Esta dissertação, apesar de não colocar em primeiro plano a Estratégia Energética da União Europeia, assume-a como inerente à

condução da política externa, sendo possível extrapolar as ambições estratégicas da União Europeia através da análise da sua política externa.

Para a compreensão do objeto de estudo, e em particular, a participação da UE no contexto da cooperação multilateral do Ártico entre 2014 e 2022, considerámos necessário clarificar perante a literatura existente, onde é que esta investigação se posiciona em relação à *governance* do Ártico, com o objetivo de possibilitar o enquadramento da ação da UE no Ártico no setor energético.

Da literatura depreendemos que o Ártico é inequivocamente um ambiente de competição em torno da descoberta de recursos naturais na região (Balão 2012, 2014; Cambou & Smis, 2013) e em particular em torno dos recursos energéticos (Hong, 2012; Dadwal, 2014; Keil, 2014; Razmanova & Steblyanskaya, 2020), considerado um ambiente propício à cooperação e ao conflito (Balão, 2012).

Através da análise da literatura desenvolvida em torno da temática da *governance* do Ártico, facilmente se identificam duas vertentes principais: o cenário do Ártico enquanto região que será marcada pelo conflito ou região marcada pela cooperação em torno da competição derivada das mudanças geopolíticas (Lackenbauer & Dean, 2020).

Existe predominância na literatura da vertente que assume que o Ártico é um ambiente caracterizado pela cooperação e paz (“*Arctic Exceptionalism*”<sup>3</sup>). Autores como Lackenbauer P. W. (2010), Hong (2012), Tamnes & Offerdal (2014), Exner-Pirot & Murray (2017), Østhagen (2019), Henrikson (2020), Østhagen & Schofield (2020) defendem que, nesta vertente, o Ártico detém um carácter excepcional em comparação à maioria das regiões do globo, no sentido em que, apesar de existir competição, discórdia e até conflito, a cooperação e estabilidade são as características predominantes nas relações que os atores estabelecem. Sob a ótica desta vertente, a posição mais comum que encontramos na literatura determina que é improvável a ocorrência de conflito direto entre os Estados do Ártico. Østhagen, argumenta exatamente esta posição dominante, assumindo que: “*Academics and experts who have examined the possibility of conflict in the region have by and large found each other in recent years: a direct conflict over the Arctic in itself is very unlikely.*” (Østhagen, 2019, p. 7).

---

<sup>3</sup> Tradicionalmente, a ideia do “excepcionalismo do Ártico” refere-se a um pensamento romantizado que enfatiza as propriedades exóticas e únicas dos sistemas físicos, biológicos e humanos (Young, 1992). Do ponto de vista da política internacional, o “excepcionalismo do Ártico” refere-se a uma região separada das dinâmicas da política global e, portanto, caracterizado como um espaço apolítico de *governance* regional, cooperação funcional e de coexistência pacífica de povos e nações (Käpylä & Mikkola, 2015).

Explicando em mais detalhe, Exner-Pirot e Murray (2017), concluem da sua análise à luz do paradigma da Escola Inglesa das Relações Internacionais que, após a Guerra Fria, os Estados do Ártico negociaram uma Sociedade Internacional Regional baseada em regras e normas que atendessem aos interesses comuns e vitais de todas as partes (Exner-Pirot & Murray, 2017). Ademais, estes autores, destacam como condicionante importante para a manutenção deste caráter excepcional do Ártico, a forte participação de atores não estatais (marcada pela cooperação com os povos indígenas), a cooperação científica e o trabalho das ONGs enquanto fatores determinantes para mitigar o impacto das mudanças nas relações entre os Estados e até o *spillover* de conflitos externos para o Ártico (Exner-Pirot & Murray, 2017).

Numa abordagem distinta, há que destacar a visão de Keil (2014), que apesar de se enquadrar na vertente do *Arctic Exceptionalism*, sublinha algumas diferenças. Keil, confronta as perspetivas neoliberal e neorrealista sobre o estado do Ártico no setor energético, determinando que “*Closer empirical scrutiny indicates that neorealist expectations of a geopolitical rush for Arctic resources are unrealistic.*” (Keil, 2014, p. 180). Apesar de considerar improvável o conflito entre Estados, Keil admite a possibilidade de complicações nas relações comerciais entre empresas russas de energia e as demais empresas que procurem fornecer a Europa (Keil, 2014).

A vertente oposta, encara o Ártico enquanto região marcada pela competição e pelo constante risco de conflito (Balão, 2012). Nesta vertente, é comumente aceite que, apesar do Ártico ser uma região *sui generis* no que respeita ao desenvolvimento da *governance* assente na cooperação multilateral, as mudanças geopolíticas têm vindo a despoletar ambições e discórdias latentes entre os Estados da região, envolvendo também atores externos ao Ártico (Borgerson (2008); Balão (2012); Hilde (2013); Hubert (2013; 2017). No cerne desta vertente destacamos que, apesar da tentativa de manutenção da paz por via da cooperação multilateral que surgiu com o fim da Guerra Fria (Huebert, 2013), as mudanças geopolíticas e geoestratégicas latentes na região tenderão a reconfigurar o ambiente de cooperação característico do Ártico, ou seja:

*“a expansão territorial e da plataforma continental associada às vantagens decorrentes da localização geográfica e da potencial exploração e disposição dos recursos naturais existentes, em paralelo com outros associados aos assuntos marítimos e ao comércio, parece-nos indiscutível a existência de focos de conflito*

[...] *que tenderão a tornar-se potencialmente mais persistentes e complexos.*”  
(Balão, 2012, p. 171).

Em consequência do agravamento destas questões de segurança, o Ártico tornar-se-á *“a zone of security and military activity, rather than remaining a region of peace and cooperation.”* (Huebert, 2013, p. 196), confirmando-se a ambição dos atores do Ártico e também dos atores não pertencentes ao Ártico pela captação dos recursos naturais da região e pelo acesso às recém acessíveis vias de transporte marítimo (Balão, 2012, 2014; Huebert, 2017; Lackenbauer & Dean, 2020).

Paal Sigurd Hilde, diverge do principal argumento defendido pelos autores desta vertente. Da sua análise ao cenário geopolítico do Ártico, concluiu que, apesar das preocupações tradicionais de segurança do Ártico não terem sido extintas, -visto que o investimento em armamento por parte dos EUA, Rússia, Canadá e Noruega persiste-, a força motriz que poderá motivar o conflito não está relacionada diretamente com as questões tradicionais geopolíticas (acesso a recursos hidrocarbonetos ou a possibilidade de redefinição das plataformas continentais) (Hilde, 2013). Hilde, argumenta que a geopolítica do Ártico está enquadrada num cenário global, esta região já não se encontra isolada, e portanto a possibilidade de um conflito gerado noutra região despoletar o conflito no Ártico, será uma hipótese mais provável: *“Due to this, in as much as conflict was to come to the Arctic in the future, a spill over of a conflict originating elsewhere seems the more likely scenario.”* (Hilde, 2013, p. 146).

Considerando o período temporal selecionado para esta investigação, o enquadramento do objeto de estudo na cooperação multilateral regional do Ártico, e em concordância com Hilde, destacamos os autores Juha Kämpylä e Harri Mikkola (2015) e Rahbek-Clemmensen (2017) que analisaram o *Arctic Exceptionalism* à luz da crise de 2014 gerada pela anexação da Crimeia pela Rússia e os autores Gricius e Fitz (2022), Kiyaseh (2022) e Stefan (2022) que analisam as implicações da mais recente crise causada pelo conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, que teve início em 2022.

Juha Kämpylä e Harri Mikkola (2015) e Rahbek-Clemmensen (2017) determinam que a crise na Ucrânia em 2014 trouxe dinâmicas políticas e de conflito externas para a região do Ártico, o que surtiu efeitos diretos e indiretos nos mecanismos de cooperação do Ártico. Esta crise afetou principalmente o setor económico dos Estados do Ártico e secundariamente, as práticas estabelecidas de cooperação e de segurança entre os atores,

afetando ultimamente as respetivas estruturas de *governance* (Käpylä & Mikkola, 2015). Parte significativa da *governance* do Ártico é realizada em estruturas e fóruns regionais, como no Conselho do Ártico, no Barents Regional Council e no BEAC, cujo funcionamento prevaleceu através do contacto informal entre indivíduos, em lugar das relações formais entre Estados, e por esse motivo os efeitos secundários da crise de 2014 não se refletiram significativamente (ainda que tivessem existido) no funcionamento e capacidade de atuação destas organizações (Käpylä & Mikkola, 2015; Rahbek-Clemmensen, 2017).

Contudo, o agravamento da relação entre o Ocidente e a Rússia afetou a cooperação política principalmente no Conselho do Ártico (Käpylä & Mikkola, 2015). O problema que se considerou ser mais relevante (tendo em conta o objeto de estudo desta investigação) refletiu-se na resistência na atribuição do estatuto de observador à Comissão Europeia no Conselho do Ártico: “[T]he EU was not granted observer status at the meeting, in part due to Russian resistance.” (Rahbek-Clemmensen, 2017, p. 8).

No caso do mais recente conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, apesar de iniciado em fevereiro de 2022, já tem vindo a ser desenvolvida alguma literatura sobre as implicações do conflito no Ártico, destacando as obras de Gricius & Fitz (2022); Kiyaseh (2022) e Stefan (2022).

Na análise de Gricius e Fitz (2022), foram focadas as implicações da guerra na Ucrânia no funcionamento do Conselho do Ártico, enquanto principal órgão da *governance* do Ártico. Estes autores determinam que, apesar da crise derivada da anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 não ter gerado um impacto significativo no Conselho do Ártico, pois o seu funcionamento não foi diretamente influenciado, em 2022, com o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, o Conselho do Ártico sentiu impacto direto e mais determinante no funcionamento das suas instituições, pelo que: “Just seven days after, the other seven Arctic nations issued [a] statement, making clear that all Arctic Council members—apart from Russia, who maintains its chairmanship—would suspend Council activity until further notice.” (Gricius & Fitz, 2022, p. 4). O BEAC, à semelhança do Conselho do Ártico, divulgou um comunicado em reação à invasão da Ucrânia pela Rússia:

*“In light of Russia’s blatant violation of international law, breach of rules-based multilateralism and the principles and objectives of the Barents Euro-Arctic Council Finland, Denmark, Iceland, Norway, Sweden and the European Union*

*have no other choice than to suspend activities involving Russia in the Barents Euro-Arctic cooperation.”* (Portal web do Governo da Noruega, 2022)

O facto de o Conselho do Ártico ter suspenso atividades em 2022, em resposta à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e não o ter feito anteriormente com a crise da anexação da Crimeia em 2014 sugere que os Estados do Conselho do Ártico consideraram o conflito mais grave e determinante, impossibilitando a continuação do normal funcionamento da cooperação com a Rússia no seio da organização (Gricius & Fitz, 2022).

Seguindo a mesma perspetiva, Stefan argumenta que, apesar da *governance* internacional do Ártico poder ser uma das últimas áreas de cooperação entre a Rússia e os outros países ocidentais do Ártico a ser afetada pela deterioração das relações entre o Ocidente e a Rússia, a escalada de violência da guerra em curso e o impacto que tem tido em todo o mundo mostra diferenças substanciais entre 2022 e 2014: *“It seems likely, that this attempt by Russia to end the existence of Ukraine as a sovereign nation will eventually lead to a far more drastic response on the part of the Western countries than the reactions that we have seen in 2014. Arctic nations will not be exempt from this.”* (Stefan, 2022, p. 4).

Com isto, os autores concluem, à semelhança de Paal Sigurd Hilde, que o Ártico não está imune aos conflitos externos, assim como as demais regiões do globo. Contrariando a perspetiva do *Arctic Exceptionalism*- *“The Arctic is just like any other region in an interconnected world; regional development is both constrained and enabled by global forces and dynamics – be they economic, political or environmental in nature.”* (Käpylä & Mikkola, 2015, p. 18).

Considerando a supramensionada revisão, nesta dissertação consideramos que o Ártico é uma região particularmente pacífica (apesar da competição pelos recursos e pelo território) marcada pelas relações particularmente consolidadas e pacíficas entre os atores do Ártico. Contudo, destaca-se que esta região é sensível às flutuações dos conflitos nas demais regiões do globo.

Dito isto, a posição sobre o estado do Ártico adotada no âmbito desta dissertação e em articulação com as opções assumidas em sede de enquadramento ontológico e epistemológico é influenciada pela visão de Paal Sigurd Hilde (2013) e em particular sobre o estudo da influência dos conflitos entre a Ucrânia e a Rússia na *governance* do

Ártico e nos mecanismos de cooperação da região, explorada por Käpylä & Mikkola (2015), Rahbek-Clemmensen (2017), Gricius & Fitz (2022) e Stefan (2022).

## Enquadramento Teórico

Teoria Geral da Estratégia: Relação entre a Estratégia e a Política (Couto, 1982) e Tipologia dos Processos Conjuntivos (Ribeiro, 2020)

No enquadramento do objeto de estudo na área científica da Estratégia recorreremos a Abel Cabral Couto que estabelece a relação entre a Estratégia e a Política.

Segundo este autor, existem três concepções sobre a posição da Estratégia em relação à Política: a Política subordinada à Estratégia; a justaposição entre Política e Estratégia; a Estratégia subordinada à Política.

Para o enquadramento do objeto de estudo, destacamos a concepção que subordina a Estratégia à Política. Esta concepção rejeita a limitação da realidade social às relações de conflito, ademais, reconhece que “na ordem interna, o predomínio de relações de cooperação e de acomodação e, na ordem externa, uma marcha tendencial no mesmo sentido” (Couto, 1982, p. 121).

Em qualquer decisão política podem intervir considerações de ordem estratégica, económica, social, etc., mas os argumentos estratégicos não representam senão um dos elementos da decisão política. (Couto, 1982).

Neste contexto, e à luz desta relação entre Política e Estratégia de Abel Cabral Couto, entendemos que, apesar do investimento da UE em empresas, projetos, programas e nas organizações do Ártico, não apresentar garantia de lucro, e poder ser até condenável do ponto de vista económico, poderá ser justificável do ponto de vista estratégico, desde que sirva como instrumento de influência/poder na região do Ártico e, neste caso, no setor energético.

Neste sentido, entendemos que os vetores estratégicos da UE para o Ártico no setor energético se encontram subordinados à Política da UE, ou seja, os vetores estratégicos representam elementos da decisão Política.

Neste quadro conceptual, a Política surge como uma “doutrina de fins”, dependendo fundamentalmente da hierarquia de valores que defende ou estabelece. Pelo contrário, a Estratégia é uma “disciplina de meios”, procurando ser o mais independente possível de referências ideológicas. Com isto, Abel Cabral Couto determina que,

“o papel da Política reside, sobretudo, na escolha dos fins e na definição do quadro de ação e releva em grande parte de elementos subjetivos; o papel da Estratégia é, fundamentalmente, definir meios e caminhos para se atingirem apenas alguns desses fins e releva de elementos e raciocínios que devem ser, tanto quanto possível, objetivos.” (Couto, 1982, p. 123).

Destacamos a política da UE para o setor energético, que se apresenta como um quadro de intenções e ações mais abrangente e subjetivo e focamos, identificando, os vetores estratégicos da UE no Ártico para este setor, como vetores objetivos para a concretização da Política.

No seguimento do supramencionado raciocínio de Abel Cabral Couto, conferimos também particular atenção à obra *Teoria Geral da Estratégia* do Almirante António Silva Ribeiro, no capítulo da *Interação Estratégica* e especialmente à tipologia dos processos de interação internacional.

Nesta investigação, enquadrámos o objeto de estudo na tipologia dos processos conjuntivos, onde a interação entre os atores internacionais se caracteriza por relações de cooperação, de acomodação e de assimilação. Silva Ribeiro considera que no contexto dos processos conjuntivos, o sistema internacional se encontra em estado de harmonia e os atores por possuírem interesses compatíveis, “atuam consensualmente para a materialização de objetivos convergentes, criando vantagens materiais e espirituais mútuas.” (Ribeiro, 2020, p. 201). A necessidade de soluções para problemas comuns gerou o desenvolvimento das relações de carácter global ou setorial e de natureza informal ou institucional em organizações de âmbito multilateral, com objetivo de satisfazer interesses comuns a vários atores (Ribeiro, 2020)<sup>4</sup>. Esta necessidade de resolução de problemas comuns no Ártico já havia sido reconhecida pela UE (Conselho da União Europeia, 2016).

## Teoria de Jogos Cooperativos: Dilema dos Prisioneiros Iterativo

Nesta dissertação articulámos a área científica da Estratégia à luz da Teoria de Jogos. Os principais autores que estudaram a Estratégia através desta abordagem foram Von

---

<sup>4</sup> No entanto, há que notar que a classificação segundo duas tipologias é apenas tendencial, visto que as relações amigáveis entre atores internacionais comportam sempre elementos conflituosos. (Ribeiro, 2020).

Neumann e Morgenstern que trabalham a Estratégia na vertente económica. Estes autores conciliam a teoria dos jogos com a teoria da estratégia, determinando que a estratégia deve especificar cada decisão em função da quantidade de informação real disponível para cada jogada: “*our assumption puts on the player [...] the intellectual [burden] to be prepared with a rule of behavior for all eventualities, although he is to go through one play only.*” (Von Neumann & Morgenstern, 1944, p. 79).

A Teoria de Jogos é comumente dividida em duas categorias: Teoria dos Jogos Cooperativos (jogos de soma Não-Zero) e a Teoria dos Jogos não Cooperativos (jogos de Soma Zero). No cerne da distinção destas duas categorias está a (im)possibilidade de alcançar acordos entre as partes: “*A difference is that cooperative game theory admits of binding agreements to choose a joint strategy in the mutual interest of those who agree.*” (McCain, 2008, p. 2155).

Nesta dissertação trabalhamos o objeto de estudo no âmbito dos jogos de Soma Não-Zero<sup>5</sup>, que funcionam sob a suposição de que o conflito puro é eliminado do jogo e os jogadores enfrentam resultados em que todos podem perder ou ganhar, onde a coordenação e a cooperação surgem como alternativas ao conflito (Ae Jung, 2007).

Neste sentido, ao estudarmos a ação da União Europeia no Ártico, para o setor energético, à luz da cooperação multilateral, considerámos necessário o enquadramento do objeto de estudo no âmbito da teoria de jogos cooperativos, recorrendo à obra de Duncan Snidal. Este autor explora, principalmente nas obras “*International Cooperation among Relative Gains Maximizers*” (1991) e “*The Game Theory of International Politics*” (1985), a cooperação (*relative gains*) nas relações entre os atores do Sistema Internacional.

De acordo com Snidal, um dos principais pilares da Teoria de Jogos é a estratégia, definindo este conceito como “*a complete plan for action, covering all contingencies including random exogenous events as well as endogenous behavior by other*” (Snidal, 1985, p. 37).

Na sua análise do Sistema Internacional, Snidal recorre ao *Dilema dos Prisioneiros Iterativo* enquanto modelo de análise que destaca a cooperação como estratégia que maximiza os interesses dos atores no longo prazo. Segundo este autor, “*states will forgo short-run incentives defect when they can thereby achieve longer-run benefits from*

---

<sup>5</sup> Os jogos são de Soma Não-Zero, pois na prática, um ganho de um jogador não corresponde necessariamente a uma perda de outro. (Ae Jung, 2007).

*cooperation through time. This makes international cooperation possible in the absence of centralized enforcement*” (Snidal, 1985, p. 49). Demonstrando, que na interação entre atores concorrentes, a estratégia que maximiza os interesses dos atores no longo prazo, assenta na cooperação.

Neste contexto, e em virtude do seu potencial explicativo, a ferramenta de análise das dinâmicas de cooperação em organizações multilaterais encontram-se desenvolvidas na Teoria de Jogos Cooperativos, em particular no jogo do *Dilema dos Prisioneiros Iterativo*. Para o enquadramento do objeto de estudo neste contexto reconhece-se ao contributo da obra *After Hegemony* (1984) de Robert Keohane e das obras *Effective Choice in the Prisoner's Dilemma* (1980) e *The evolution of cooperation* (2006) de Axelrod. Estes autores distinguem a importância das organizações Internacionais para a prossecução da cooperação enquanto estratégia individual de cada jogador (Keohane R. , 1984).

Keohane, defende que, para analisar a cooperação entre atores desenvolvidos com interesses comuns, a sua interação dar-se-á de forma continuada e reiterada, através da utilização do Jogo do Dilema dos Prisioneiros Iterativo.

A política internacional é comumente representada pela formulação abstrata da aplicação do Dilema dos Prisioneiros<sup>6</sup> (Single-play Prisoner's Dilemma), concluindo a prevalência do conflito em detrimento da cooperação (Keohane R. , 1984). Todavia, Robert Keohane demonstra que, recorrendo à Teoria da Escolha Racional e ao Dilema dos Prisioneiros Iterativo, a cooperação seria um *outcome* expectável das relações entre os atores internacionais, reiterando neste contexto a importância das organizações Internacionais para o desenvolvimento da cooperação, “*rational-choice theory and the theory of collective goods help to show why institutions are significant in world politics, and even crucial to successful cooperation.*” (Keohane R. , 1984, p. 70).

No âmbito deste enquadramento, argumentamos que a União Europeia detém fraco poder de decisão e de influência no cenário geopolítico do Ártico e conseqüente incapacidade de concretizar os seus objetivos estratégicos sem recurso à cooperação (Rasputnik & Stępień, 2020). Logo, a estratégia que consideramos maximizar os interesses da União Europeia no Ártico assenta no estabelecimento de relações de

---

<sup>6</sup> Dilema dos Prisioneiros, jogo em que existe a possibilidade de solução de soma-nula através da cooperação mútua. Caracterizado pela apresentação de um dilema a dois jogadores, que se encontram numa situação em que não podem comunicar tendo de escolher entre as opções de cooperar ou desertar. (Mello, 1997).

cooperação, consistindo em particular, na sua participação nos mecanismos de cooperação multilateral regional do Ártico. (Zavadskaja, 2014; Lipponen, 2015; Jessen, 2018; Renault, 2022). Este recurso à cooperação já havia sido indicado como objetivo prioritário nos diversos documentos sobre a Estratégia da União Europeia para o Ártico (Conselho da União Europeia, 2014; Comissão Europeia, 2016; Comissão Europeia, 2021).

## Operacionalização dos Conceitos

### Estratégia

No tocante da operacionalização do conceito de Estratégia, primeiramente, importa compreender que a Estratégia conta com a limitação de ser um conceito cujo significado permite bastante controvérsia e múltiplas interpretações, em resultado de ser utilizado em diversas situações, entre as quais a guerra é o modelo original (Ribeiro, 2020). Portanto, definindo Estratégia decorrendo do estudo da guerra, “*Strategy is the use of the engagement for the purpose of the war*” (Clausewitz, 1989, p. 133). Também numa visão direcionada para a polemologia, B.H. Liddell Hart determina que, a estratégia configura-se simplesmente pela “*art of distributing and applying military means to fulfill the ends of policy*” (Liddell, 1991, p. 321).

Contudo, esta definição direcionada para o âmbito da guerra, sugere limitações na abordagem a este conceito, pois restringe a estratégia ao plano militar, enquanto na prática este conceito opera numa esfera muito mais ampla (Grimsley, 1994).

Num sentido mais abrangente, o Almirante António Silva Ribeiro define estratégia como a “ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo.” (Ribeiro, 2020, p. 22).

Nesta dissertação, o conceito de Estratégia será enquadrado recorrendo à Teoria de Jogos Cooperativos. Destacamos, primeiramente, a definição de Estratégia elaborada por John Von Neumann e Oskar Morgenstern, pioneiros do estudo da teoria de jogos em jogos de  $n$ -players<sup>7</sup>:

---

<sup>7</sup> Jogos com vários jogadores. Sendo  $n$  um número inteiro finito.

*“A plan which specifies what choices [the player] will make in every possible situation, for every possible actual information which [the player] may possess at that moment in conformity with the pattern of information which the rules of the game provide for [the player] for that case. We call such a plan a strategy.”* (Von Neumann & Morgenstern, 1944, p. 79).

Em articulação com o raciocínio de Neumann e Morgenstern, recorreremos a Axelrod (2006) para o enquadramento do objeto de estudo na área científica da Estratégia através do recurso à Teoria de Jogos Cooperativos e em particular ao *Dilema dos Prisioneiros Iterativo*. Axelrod, define estratégia como: *“[S]pecification of what to do in any situation that might arise. The situation itself depends upon the history of the game so far.”* (Axelrod, 2006, p. 14). Tendo em conta esta definição, Axelrod determina que num jogo de *Dilema dos Prisioneiros Iterativo* é necessário ter uma forte perceção das estratégias possíveis inerentes à configuração de um jogo de soma Não-Zero, em que entre os interesses dos participantes, parte coincidem e parte divergem (Axelrod, 2006).

Similarmente enquadrado no âmbito da teoria de jogos e influenciado por Axelrod e Keohane, Ae Jung Kim (2007) entende que, uma estratégia é a simplificação de processos de tomada de decisão mais complexos, definindo este conceito como:

*“direct or indirect course of action, consisting of a series of maneuvers, to reach an objective at a cost that is significantly less than the benefits to be gained. It is defined by judgments about what to do, how to do it, and how to limit both the costs and adverse consequences of doing it.”* (Ae Jung, 2007, p. 120).

Dito isto, no decorrer desta dissertação, sempre que mencionado o conceito de Estratégia

(e desta derivada, os vetores estratégicos) procuramos expressar a influência da definição de Silva Ribeiro (2020) conjugada com a de Ae Jung (2017) à luz da relação entre Política e Estratégia de Abel Cabral Couto (1982), por se considerar que a União Europeia procura estabelecer um curso de ação direto ou indireto de forma a materializar os objetivos fixados pela política para o setor energético. Esta opção apresenta-se, a nosso ver, representando um custo significativamente menor que os benefícios a serem obtidos, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo (Ribeiro, 2020).

## Cooperação Internacional e Regionalismo

O debate em torno do conceito de cooperação (no contexto das Relações Internacionais) desenvolveu-se sobretudo a partir dos anos '70 com a corrente liberal (Dougherty & Pfaltzgraff, 1971), tendo sido mais tarde desenvolvidos os avanços mais significativos com a corrente neoliberal e com Axelrod (1980, 2006), que desenvolveu uma abordagem que viria a mitigar a relutância do Realismo sobre a viabilidade da cooperação entre Estados num sistema internacional anárquico. Segundo Axelrod e Keohane, “*governments may have incentives to practice reciprocity in a variety of situations that are characterized by mixtures of conflicting and complementary interests that is, in certain non-zero-sum games.*” (Axelrod & Keohane, 1985, p. 244).

De forma sintética, a cooperação é comumente definida como a oposição ao conflito, contudo, a sua definição vai muito além desta distinção, tendo, no contexto das Relações Internacionais, diversas interpretações e aplicabilidades (Keohane R. (1984); Axelrod & Keohane (1985); Axelrod (2006); Ae Jung (2007); Zartman & Touval (2010)).

Segundo Ae Jung (2007), a cooperação internacional pode ser dividida em 3 categorias: tácita, explícita e imposta. A cooperação explícita envolve um processo de negociação, sendo a forma de cooperação mais comum nas relações entre os Estados (Ae Jung, 2007). Na cooperação tácita, o comportamento cooperativo ocorre como resultado da convergência das expectativas dos atores. Esta forma de cooperação é comumente formalizada pelo Dilema dos Prisioneiros, no sentido em que a “*coordination is a result of calculated benefit from the payoff matrix.*” (Ae Jung, 2007, p. 111). Sendo nesta categoria que a definição de cooperação desenvolvida por Keohane se enquadra: “*Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination.*” (Keohane R. , 1984, p. 51), indicando ainda neste contexto que a cooperação intergovernamental: “*takes place when the policies actually followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination.*” (Keohane R. , 1984, p. 52).

Por fim, numa cooperação imposta, uma das partes altera forçosamente o comportamento das demais. Esta forma de cooperação é resultante de uma liderança hegemónica das negociações internacionais (Ae Jung, 2007).

A forma de cooperação explorada nesta dissertação, face ao objeto de estudo e objetivos de investigação é a de cooperação tácita, no âmbito da Estratégia e da Teoria de Jogos. Segundo Ae Jung, no âmbito da Teoria de Jogos o conceito de cooperação é descrito através dos Jogos de soma positiva (*non-zero-sum games*), em que “*the players face outcomes where they can both lose or both win, where coordination and cooperation emerge as alternatives to pure conflict.*” (Ae Jung, 2007, p. 115).

Neste sentido, e no seguimento da definição de Ae Jung (no âmbito da Teoria de Jogos) e da definição de cooperação intergovernamental de Keohane, destacamos pela complementaridade, a definição de Zartman e Touval (2010). Segundo estes autores, a cooperação ocorre em situações em que:

*“parties agree to work together to produce new gains for each of the participants unavailable to them by unilateral action, at some cost. Its constituent elements are working together, agreement to do so (not just coincidence), cost, and new gains for all parties.”* (Zartman & Touval, 2010, p. 1)

Nesta definição os autores destacam ainda que o termo “ganhos” (*gains*), vai além dos ganhos materiais, incluindo a prossecução dos objetivos estabelecidos pelos atores. Entre estes objetivos destacam-se a segurança, *status*, liberdade de ação ou até a possibilidade de imposição de restrições a outros atores. (Zartman & Touval, 2010).

Nesta investigação focamos a cooperação multilateral regional, na sua forma mais institucionalizada, por via das organizações multilaterais de âmbito regional (Zartman & Touval, 2010). A organização multilateral analisada nesta dissertação é de cariz regional, portanto, neste contexto urge compreender o conceito de Regionalismo.

Segundo Louise Fawcett (2004), o conceito de regionalismo implica a promoção e prossecução de objetivos comuns, acarretando necessariamente *a policy whereby states and non-state actors cooperate and coordinate strategy within a given region.* (Fawcett, 2003, p. 433). Assim, entende que o regionalismo pode variar desde a promoção de um sentido de consciência regional ou de comunidade (*soft regionalism*), passando pela consolidação de grupos (podendo ser até grupos pan- ou sub-regionais) e redes regionais formalizadas por organizações interestatais (*hard regionalism*) (Fawcett, 2003).

Dito isto, realçamos a definição de Zartman e Touval de cooperação internacional e a visão sobre o regionalismo, e em particular a definição de *Hard Regionalism* de Fawcett para o enquadramento do objeto de estudo, pois entendemos nesta investigação que, a UE

(através da Comissão Europeia) procura cooperar nas prossecução de interesses convergentes entre os Estados do BEAC e da UE para a região específica do Mar de Barents, procurando simultâneamente a produção de ganhos individuais.

### Diplomacia Científica

A diplomacia científica refere-se à utilização da cooperação científica para responder a questões comuns entre vários atores, que estabelecem regimes internacionais baseados no conhecimento ou na especialização num determinado setor (Royal Society, 2010). Assim, a diplomacia científica pertence a um conjunto de diversos instrumentos de *softpower* (Van Langenhove & Boers, 2017).

Dito isto, e dada a abrangência deste conceito, a Royal Society do Reino Unido e a Associação Americana para o Avanço da Ciência subdividem o conceito de Diplomacia Científica em 3 dimensões: reforçar a contribuição da ciência para os objetivos da política externa (Ciência na Diplomacia); facilitar a cooperação científica internacional (Diplomacia para a Ciência); e utilizar a cooperação científica para melhorar as relações entre Estados (Ciência para a Diplomacia) (Royal Society, 2010).

Nesta dissertação, enquadrámos a ação da UE no Ártico à luz deste conceito na sua dimensão da *Ciência na Diplomacia*. Segundo Bertelsen, a Ciência na Diplomacia pode ser entendida como uma atividade de soma positiva, em que o incorporar dos conhecimentos científicos nas negociações ajuda a resolver problemas comuns (Bertelsen, 2020):

*“An obvious example would be the work of the International Panel on Climate Change and their assessments feeding into the political negotiations at the successive Conferences of the Parties (COP) of the United Nations Framework Convention on Climate Change.”* (Bertelsen, 2020, p. 235)

Todavia, importa destacar o considerado por Van Langenhove. Este autor levanta a questão de que a Ciência na Diplomacia também pode ser uma atividade competitiva de soma nula (Bertelsen, 2020). Segundo Van Langenhove, a diplomacia científica pode ser impulsionada por diversas motivações, como atração e acesso (ambição de melhorar a comunidade científica e tecnológica, identificando e atraindo potenciais de investigação); cooperação (estimular a participação de investigadores nacionais em projetos internacionais) e promoção e influência (Van Langenhove, 2017). Nesta dissertação, a

questão da *promoção e influência* apresentam um papel particularmente pertinente no que respeita à ação da UE no *Ártico Europeu*, através da instrumentalização do BEAC: “*Promotion and influencing relates to the promotion of a country’s S&T<sup>8</sup> achievements and to influence other countries’ decision-makers and public opinion.*” (Van Langenhove, 2017, p. 9).

### *Governance* Estratégia

O conceito de *Governance* serve atualmente como um termo abrangente, por vezes associado à noção de “regime” e ao conceito de “ordem global”, enquanto continua a ser utilizado pelas instituições financeiras internacionais para justificar as condições políticas que impõem aos países que consideram mal equipados para uma gestão adequada dos empréstimos que recebem (Smouts, 1998).

A *governance* coloca a tónica na multiplicidade e na diversidade dos atores. Permite considerar a gestão dos assuntos internacionais não como uma atividade interestatal, mas como um processo de negociação/interação entre participantes heterogéneos (Smouts, 1998).

No que diz respeito à região do *Ártico*, onde as relações internacionais mudaram radicalmente após a Guerra Fria, a Comissão sobre a *Governance* Global fundada em 1995, com o objetivo de conceptualizar a melhor forma de organizar a vida num mundo pós guerra fria (Pelaudeix, 2015), define *governance* como a soma das várias formas como os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, gerem os seus assuntos comuns (The Commission on Global Governance, 1995). Trata-se de um processo contínuo através do qual podem ser acomodados interesses contraditórios ou diversos e tomadas medidas de cooperação. Inclui instituições e regimes formais com poderes para impor o cumprimento, bem como acordos informais que as pessoas e as instituições consideram ser do seu interesse (The Commission on Global Governance, 1995). Esta definição oferece a vantagem de ser abrangente: “*it insists on a wide set of actors, as well as highlighting the important notion of ‘common affairs,’ and the notions of process and conflict.*” (Pelaudeix, 2015, p. 403).

O conceito de *governance* foi adaptado e alargado para captar a complexidade da interação de várias instituições (*governance* multinível) e para realçar uma dimensão

---

<sup>8</sup> Ciência e Tecnologia

normativa (boa governance), tendo ambos os conceitos sido utilizados no contexto do *Ártico* (Pelaudeix, 2015).

No seguimento do conceito de *Governance* e no âmbito desta investigação em Estratégia, considerámos importante a conceptualização do conceito de *Governance* Estratégica para uma melhor compreensão da ação da UE, bem como para identificar dos vetores estratégicos no setor energéticos na *governance* do *Ártico*.

De acordo com Matthew (2023) a *Governance* Estratégica é uma medida avançada de gestão governamental que se baseia na capacidade de formular um plano de ação calculado e premeditado, em que os programas políticos da sociedade são direcionados para o desenvolvimento. De acordo com esta definição, Potůček (2007) entende a *Governance* Estratégica como um processo dinâmico de criação e implementação de políticas, gestão e administração, impulsionado pelo contributo de diversos grupos sociais e económicos com interesses distintos. Além disso, procura promover:

*“the search for a sustainable development orientation and social contract(s), that could counterbalance these interests in a way that will be compatible with the long-term interests of the whole society – including its future generations.”* (Potůček, 2007, p. 100).

Nesta dissertação sempre que mencionado o conceito de “*governance*” procuramos expressar a definição de Potůček (2007) de *governance* estratégica. Visto que no nosso entendimento, a participação da UE no *Ártico* Europeu, através da instrumentalização do BEAC, tem como objetivo a concretização dos seus objetivos estratégicos (a formulação e implementação de políticas, normas, etc.) de forma a que sejam compatíveis com os interesses comuns dos atores do *Ártico* (desenvolvimento sustentável, proteção ambiental, proteção das comunidades indígenas).

## Pergunta e objetivos de investigação

Considerada a revisão da literatura e o enquadramento teórico estabelecemos a seguinte Pergunta de Partida: **À luz da participação da Comissão Europeia no BEAC, quais os vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético, entre 2014 e 2022?**

Nesta investigação focamos a ação da União Europeia enquanto ator no cenário geopolítico do Ártico, através da sua participação no BEAC, argumentando que, através daquela organização, a UE detém a possibilidade de incrementar a sua participação na *governance* do Ártico e projetar os seus objetivos estratégicos nos diversos setores<sup>9</sup> (instrumentalização) (Bailes & Ólafsson, 2017; Renault, 2022). Dito isto, consideramos que, por analogia, podemos identificar e sustentar a relevância dos vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético.

No seguimento deste raciocínio, determinamos como Objetivo Geral desta investigação: **Identificar, à luz da participação da Comissão Europeia no BEAC, quais os vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético, entre 2014 e 2022.**

De forma a clarificar o Objetivo Geral definiram-se os seguintes Objetivos Específicos:

- Analisar a Estratégia Energética da União Europeia, entre 2014 e 2022;
- Identificar os objetivos estratégicos da União Europeia para o Ártico, no setor energético, entre 2014 e 2022;
- Compreender a importância do BEAC para a participação da União Europeia no cenário geopolítico do Ártico, entre 2014 e 2022;
- Compreender a ação da União Europeia no BEAC, no setor energético, entre 2014 e 2022.

---

<sup>9</sup> Predominância no setor da ação climática que, por seu turno, detém pontos convergentes com os objetivos estratégicos da UE para o Ártico no setor energético e da Estratégia Energética da UE.

## Opções Metodológicas

A presente investigação pauta-se por uma epistemologia Interpretativista, consolidando-se mediante um estudo de caso simples, predominantemente qualitativo e indutivo, com recurso à pesquisa bibliográfica e documental. A técnica de análise predominante será a análise de conteúdo qualitativa.

Na abordagem interpretativista, assume-se que os fenómenos sociais não podem ser compreendidos independentemente da perceção da realidade e dos fenómenos de quem os investiga: *“It is the interpretations/ meanings of social phenomena that are crucial; interpretations/ meanings that can only be established and understood within discourses, contexts or traditions.”* (Furlong & Marsh, 2010, p. 199). Logo, o foco nesta dissertação será direcionado para a identificação destes *“discourses, contexts or traditions”* que nesta dissertação se materializam nas interpretações e significados que o investigador atribui à informação extraída da documentação primária selecionada para a prossecução da investigação.

As opções ontológicas e epistemológicas assumidas conduzem a investigação para um estudo predominantemente qualitativo, recorrendo principalmente à análise de conteúdo documental e bibliográfico qualitativa, e secundariamente à análise de dados quantitativos, designadamente, os valores do investimento financeiro da UE apresentados nos documentos sobre os diversos programas de cooperação científica.

A investigação será elaborada mediante um estudo de caso simples, em que se procede à análise de um só caso, detalhadamente *“[...] concerned with the complexity and particular nature of the case in question.”* (Bryman, 2012, p. 66). Ademais, enquanto estudo de caso, esta investigação procura trabalhar sobre um objeto de estudo que ainda não está devidamente definido e apreendido (MacNealy, 1997) – os vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético, entre 2014 e 2022, à luz da sua participação no BEAC. Em virtude da qualidade restritiva e aprofundada do objetivo deste desenho de pesquisa, as conclusões apresentadas são limitadas por via da sua validade externa restrita (Bryman, 2012), pois o objetivo do estudo de caso não é generalizar para além do caso em estudo. Uma investigação mediante estudo de caso procura formular hipóteses para futuras investigações. Ou seja, através da análise em profundidade deste objeto de estudo procura-se confirmar/ refutar teorias- *“‘law-like’ descriptions of social and political phenomena”* (Hopkin, 2010, p. 286)- já existentes e/ou

formular hipóteses e modelos de análise para futuros estudos que versem a temática da Estratégia Energética da União Europeia.

Nesta dissertação, a análise do objeto de estudo será realizada através de uma análise indutiva, partindo da realidade que se procura estudar – a ação da União Europeia no Ártico, à luz da sua participação no BEAC, no setor energético- para a teoria ou modelo de análise. Permitindo, através desta abordagem, a realização de um estudo mais exploratório, não dependente de teorias pré-existentes para a sua prossecução, “*sought simply to uncover ‘the facts’ through impartial observation and to offer politically-neutral theories that would explain them in the most parsimonious way*” (Marsh & Stoker, 2010, p. 32), facilitando o desenvolvimento de um *framework* teórico que possibilite compreender e interpretar o objeto de estudo no quadro científico e disciplinar da Estratégia.

As fontes primárias utilizadas nesta dissertação consistiram essencialmente nos documentos disponibilizados nas fontes eletrónicas das diversas entidades, “*some of these are in the public domain, such as annual reports, mission statements, press releases, advertisements, and public relations material in printed form and on the World Wide Web*” (Bryman, 2012, p. 550); ou seja primeiramente, das fontes eletrónicas da União Europeia<sup>10</sup> e do BEAC (incluindo dos respetivos *Working Groups* e programas de cooperação científica) e secundariamente do Conselho do Ártico, Northern Dimension e do Council of Baltic Sea States (CBSS) e de páginas web das instituições governamentais do Estados do Ártico. Incluindo gráficos, mapas e organogramas particularmente relevantes para a análise da geopolítica dos recursos energéticos renováveis e não renováveis do Ártico, assim como, para compreensão da organização institucional do BEAC. A produção de energia contemplada nesta dissertação inclui energia renovável como a eólica, solar, hidroelétrica, geotérmica, biomassa e hidrogénio verde e energia não renovável originada através de recursos como o carvão, gás natural e petróleo.

---

<sup>10</sup> Destacamos documentação legal e regulamentar oficial:

Sobre a Estratégia Energética da União Europeia: *Ação externa da UE no domínio da energia num mundo em mudança de 2022*; *Fourth report on the State of the Energy Union* de 2019; *Roteiro para a União da Energia: Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro* de 2015; *The Energy Union: from vision to reality* de 2019; *Pacto Ecológico Europeu* de 2019.

Sobre a Estratégia da União Europeia no Ártico: *Resolução sobre a estratégia da UE para o Ártico* de 2014; *Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Uma política integrada da União Europeia para o Ártico* de 2016; *Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Um empenhamento mais forte da UE em prol de um Ártico pacífico, sustentável e próspero* de 2021.

Nesta investigação foi assumida como vital a recolha de dados das seguintes bases de dados: Fontes de Financiamento para a Cooperação Regional do Barents (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015) que envolveram diretamente a União Europeia para o desenvolvimento dos programas e projetos no setor energético, principalmente os referentes à transição, produção e sustentabilidade energética: *EU's ENI CBC Programmes* e *EU's Interreg Programmes*, os programas *The Interreg Northern Periphery and Arctic Programme (NPA)* e o *Interreg Nord, Interreg Aurora*. Enquanto base de dados comum a todos os programas e projetos em que a UE participou, a plataforma *Keep.eu* foi fulcral para o rápido acesso aos dados dos projetos promovidos e (co)financiados pela União Europeia no Ártico, para o setor energético.

As principais fontes secundárias (recolha bibliográfica) basearam-se necessariamente na pesquisa de artigos científicos; livros; teses de doutoramento e dissertações de mestrado; e relatórios pertinentes para a análise do objeto de estudo, destacando a particular pertinência da documentação trabalhada pelas instituições da União Europeia e do BEAC.

Considerando os documentos providenciados pelas bases de dados supramencionada, o método de análise de dados será predominantemente qualitativo por via da análise de conteúdo documental qualitativa. A escolha deste método subjaz ao facto da informação extraída da documentação (primária e secundária) justificar a sua utilização nas múltiplas áreas das Ciências Sociais. Assim, tal aplica-se sem dificuldades no caso desta dissertação, na área científica da Estratégia, uma vez que possibilita o entendimento do objeto de estudo cuja compreensão carece de contextualização histórica, social e política (Guba & Lincoln, 1981), para além da necessária discussão considerando os desafios estratégicos que a conjuntura coloca à UE, nomeadamente no setor energético.

A técnica de amostragem preferencial para a recolha de dados para esta investigação será a técnica não probabilística de amostragem seletiva, visto que o objeto de estudo será analisado à luz do período temporal entre 2014 e 2022, num contexto político europeu particular, desde a anexação da Crimeia em 2014, até ao início do atual conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia em 2022.

Recorremos, secundariamente, à técnica amostragem não probabilística da “Bola de Neve”, visto que a documentação e bibliografia selecionada possibilitam encaminhar o investigador para documentação primária e secundária pertinente, que ainda não havia sido considerada.

Após a análise qualitativa dos dados recolhidos para que pudéssemos responder à pergunta de partida- *“Quais os vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético, à luz da participação da Comissão Europeia no BEAC, entre 2014 e 2022?”*-, considerámos essencial cruzar a informação extraída da documentação primária sobre a Estratégia Energética da União Europeia; sobre os objetivos relativos ao setor energético que estão incluídos nos documentos referentes à Estratégia da UE para o Ártico; e sobre a participação da UE no seio do BEAC no setor energético (em particular nos Working Groups e programas de cooperação científica). Sendo finalmente abordado no capítulo da “Análise e Discussão de Resultados” a análise da informação resultante do cruzamento dos dados, destacando fatores comuns entre os documentos analisados. Extraindo desta análise, os vetores estratégicos da UE para o Ártico no setor energético, à luz da sua participação no BEAC, entre 2014 e 2022.

Dadas as supramencionadas técnicas de recolha e análise de dados, e a disponibilidade online de diversas fontes de informação, nomeadamente, fontes oficiais das organizações internacionais, websites noticiosos e legislação de Direito Internacional Público é possível constatar que toda a informação disponível foi uma mais-valia para a prossecução desta dissertação.

# Capítulo 1 – Geopolítica dos Recursos Energéticos e *Governance* do Ártico

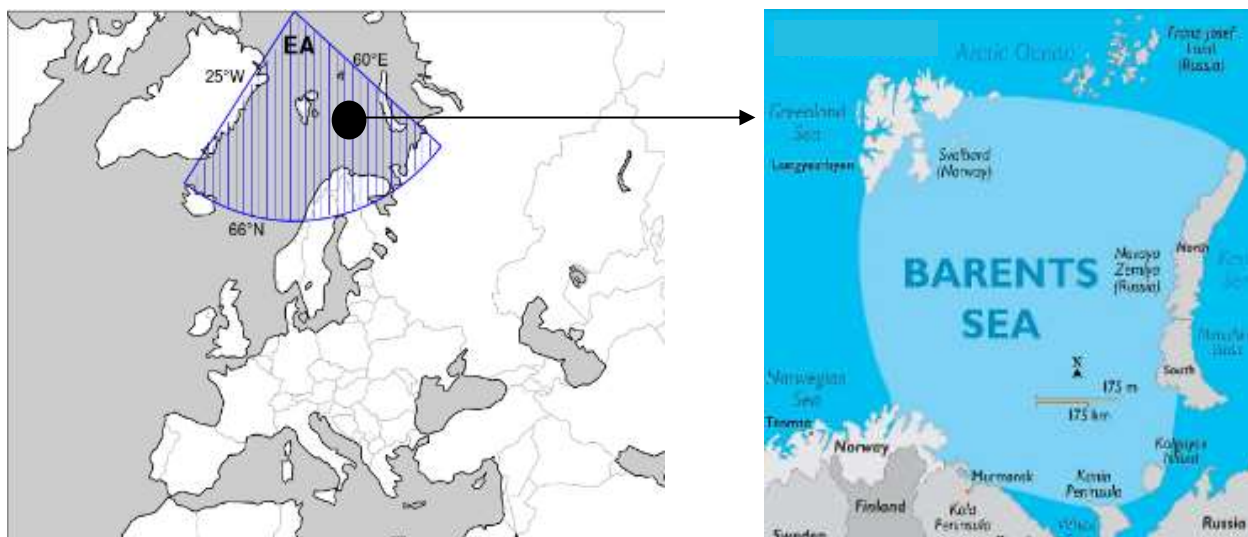
## 1.1. A Região do Ártico Europeu

A ação da UE é, no contexto desta dissertação, realizada na região do Ártico Europeu (que por sua vez inclui a região do Mar de Barents). Esta questão é relevante, visto que a região do Ártico Europeu ao funcionar como porta de entrada para as demais regiões do Ártico, detém a possibilidade de alavancar (através da participação da UE nos mecanismos de cooperação, neste caso, através da instrumentalização do BEAC) as ambições, objetivos estratégicos, políticas e diretrizes empregadas no Ártico Europeu para toda a região do Ártico (Bailes & Ólafsson, 2017; Biedermann, 2020; Renault, 2022).

A região do Ártico Europeu é definida pelo domínio compreendido entre 25° O e 60°E e 66°N e 90°N, é constituído por 80% oceano e abrange áreas a norte do Círculo Polar Ártico, desde as vertentes nordeste da Gronelândia, a oeste, até ao Arquipélago de Novaya Zemlya, a leste, incluindo o Arquipélago de Svalbard (Copernicus, 2019).

Parte da região do Mar de Barents, que cobre uma área de 1 755 800 km<sup>2</sup>, encontra-se dividido entre a Zona Económica Exclusiva (ZEE) russa e a ZEE norueguesa, desde a costa norte da Noruega, a oeste, até à cidade russa de Vorkuta, a leste (Barents Euro-Arctic Council, 2024). Este território é parte integrante da região do Ártico Europeu como é perceptível através dos seguintes mapas.

*Figura 1: Sub-região do Ártico Europeu (esquerda) e Mar de Barents (direita)*



Fonte: Sub-região do Ártico Europeu (esquerda) (World Atlas: Barents Sea, s.d.); Mar de Barents (direita) (Copernicus, 2019)

## 1.2. Recursos energéticos não renováveis

O contínuo degelo do calote Glacial Ártico permitiu a descoberta e o acesso a novas jazidas de petróleo e gás natural que se julgavam inacessíveis. Atualmente estima-se que da percentagem de hidrocarbonetos não descobertos a nível mundial, 13% de petróleo, 30% de gás natural e 20% de gás natural líquido possam ser encontrados no Ártico (Bird, et al., 2008).

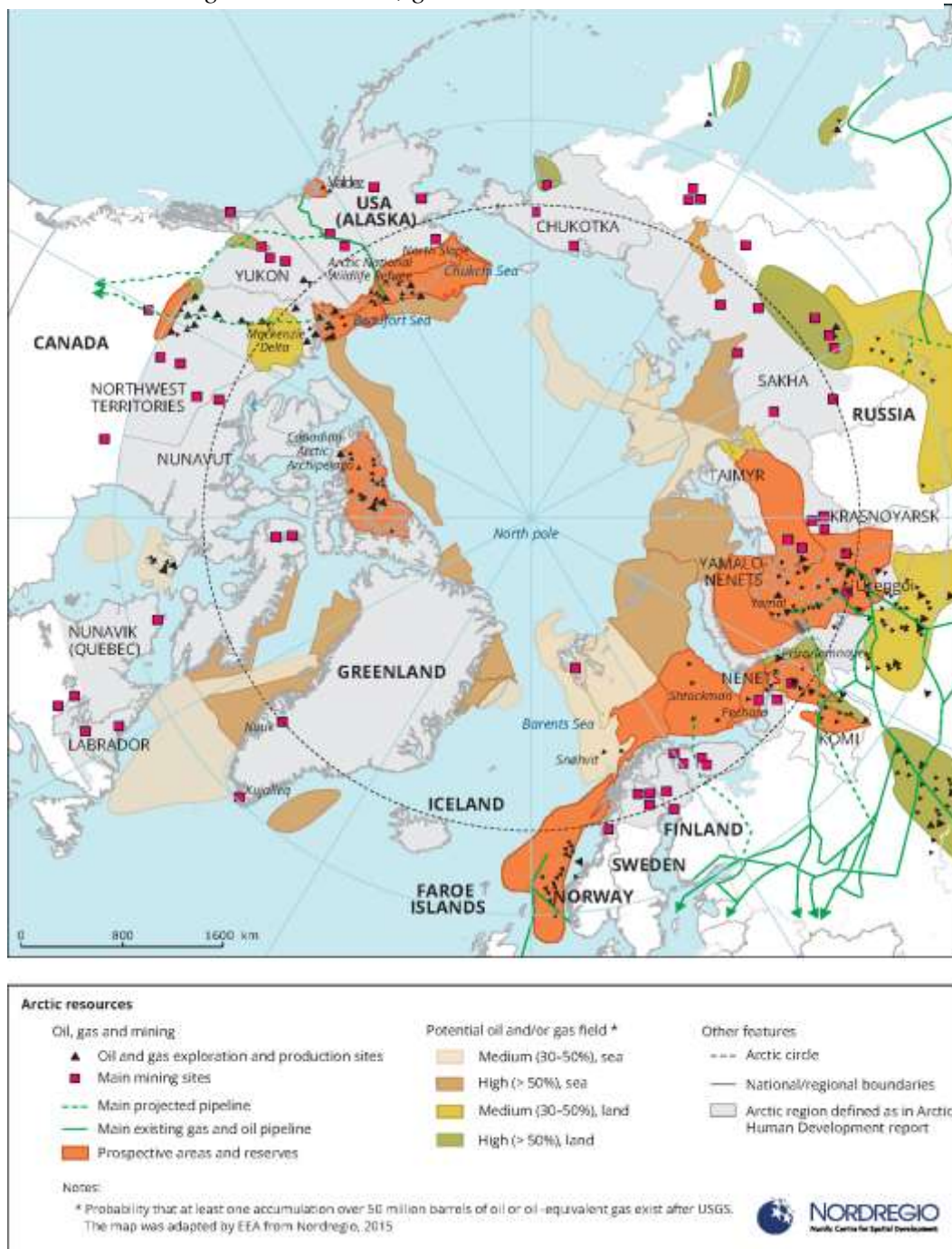
Desde a década de 1960, aproximadamente 61 grandes jazidas de petróleo e gás natural foram encontradas dentro do Círculo Polar Ártico, 43 na Rússia, 6 no Alasca, 11 no Canadá e 1 na Noruega. A produção de petróleo e de gás natural incide maioritariamente no Alasca e na Rússia, englobando cerca de 97% da produção total destes recursos no Ártico (Lindholt, 2009).

Estudos realizados pelo U.S. Geological Survey (USGS) revelaram que,

*“approximately 84 percent of the undiscovered oil and gas occurs offshore. The total mean undiscovered conventional oil and gas resources of the Arctic are estimated to be approximately 90 billion barrels of oil, 1,669 trillion cubic feet of natural gas, and 44 billion barrels of natural gas liquids.”* (Bird, et al., 2008, p. 4).

O seguinte mapa, expõe a disposição das principais jazidas de hidrocarbonetos no Círculo Polar Ártico.

Figura 2: Petróleo, gás e recursos mineiros no Ártico



Fonte: European Environmental Agency: Arctic resources, s.d.

Através da observação do mapa percebemos que, a região norueguesa do Mar de Barents apresenta um potencial em hidrocarbonetos muito significativo, de cerca de 30% dos recursos da extensão da Plataforma Continental da Noruega (Leal, 2014).

A Rússia é o Estado do Ártico mais promissor em termos de riqueza e abundância de recursos energéticos, sobretudo em petróleo, gás natural e carvão (Leal, 2014).

A USGS calcula que cerca de 60% dos hidrocarbonetos por descobrir no Ártico se encontrem no território russo. Com efeito, a esmagadora maioria dos recursos por descobrir deve circunscrever-se nos mares setentrionais da Rússia, nomeadamente ao Mar de Barents e ao Mar de Kara (Bird, et al., 2008).

Os EUA detêm no Alasca, as mais promissoras áreas para prospeção e exploração de petróleo e gás natural (U.S. Department of Energy, 2020). A quase totalidade destas áreas localizam-se ao longo da North slope, significando cerca de 25% da produção total de petróleo dos EUA.

No Canadá, a prospeção de hidrocarbonetos no Mar de Beaufort pode não ser tecnicamente exequível, devido à grande profundidade das jazidas. Todavia, o Canadá é o principal produtor mundial de energia hidroelétrica e o segundo maior exportador de gás natural, podendo ainda vir a disfrutar de uma posição privilegiada quando o metano for comercialmente explorável, pois este recurso energético, embora encerrado nas áreas de *permafrost*, existe em grande quantidade do Canadá Ártico (Leal, 2014).

A esmagadora maioria dos recursos do Ártico por se encontrarem *offshore*, em mares gelados e em profundidade, os custos de exploração assim como os desafios tecnológicos, são muito mais elevados do que nas demais regiões do globo (Leal, 2014).

A dimensão da importância dos recursos energéticos nas economias dos estados parecem ser uma das prioridades nas “políticas e estratégias que os diferentes atores privilegiam para atingir os seus objetivos no Ártico.” (Leal, 2014, p. 272).

O descongelamento do calote polar tem propiciado condições de prospeção e exploração de petróleo e gás natural *offshore*, em locais inóspitos; por outro lado, o degelo do *permafrost* e a instabilidade dos solos associada tem consequências funestas na exploração de hidrocarbonetos, pois afeta a solidez das várias infraestruturas envolvidas. A resolução destes desafios exige o desenvolvimento de tecnologias inovadoras (Leal, 2014).

Face à descoberta e progressiva acessibilidade das jazidas de hidrocarbonetos demonstra-se a importância que a região detém no que respeita à exploração de recursos energéticos, e explica a crescente competitividade na região intensificada pelos evidentes esforços que os Estados do Ártico têm realizado no traçar das Plataformas Continentais e Zonas Económicas Exclusivas (Balão, 2012).

### 1.3. Recursos energéticos renováveis

Considerando a falta de capacidade para sustentar os combustíveis fósseis devido às reservas limitadas, o crescimento exponencial e o grave impacto socioambiental da extração de hidrocarbonetos, as energias renováveis são uma componente significativa para o futuro da região do Ártico (Marsik & Wiltse, 2019).

Atualmente, existe tecnologia disponível para alimentar comunidades árticas inteiras com energias renováveis, através da energia hidroelétrica, ou, pelo menos, para complementar o cabaz de eletricidade, através da eólica e do solar (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019). O Alasca e a Gronelândia já implementam políticas para apoiar diretamente a utilização de recursos energéticos renováveis; o Canadá está, no entanto, a concentrar-se diretamente na redução das emissões de gases com efeito de estufa, o que levará a um aumento das tecnologias de baixo carbono, como as energias renováveis (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019). Para atingir este objetivo, os governos têm vindo a lançar várias iniciativas, que vão desde uma abordagem nacional até programas específicos destinados apenas às comunidades rurais do Ártico (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019).

No entanto, apesar das tecnologias energéticas sustentáveis se encontrarem num ponto de desenvolvimento em que a sua integração nos sistemas elétricos do Ártico é viável, de um modo geral, verifica-se que a percentagem de energias renováveis no Ártico é ainda muito baixa (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019). As principais fontes de energia renováveis presentes no Ártico são: eólica, solar, hidroelétrica, geotérmica e biomassa (Arruda, 2019; Witt, Stefansson, & Valfells, 2019).

A energia hidroelétrica é atualmente a fonte de energia com maior produção de eletricidade. A sua quota representa 40% da produção de eletricidade do Ártico, contudo, o número de centrais hidroelétricas é relativamente pequeno, apenas algumas centrais podem ser encontradas em comunidades remotas do Ártico. Isto deve-se ao facto de o custo de investimento das centrais hidroelétricas ser elevado e de o custo por quilowatt aumentar com a redução da dimensão da central (Tester et al, 2012).

No Ártico já estão instalados vários sistemas solares fotovoltaicos, principalmente em pequena escala para uso residencial ou pequenas empresas. A produção de eletricidade é sazonal, de acordo com disponibilidade de luz solar (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019).

Relativamente à energia eólica, existe grande disponibilidade no Ártico para a sua produção, com elevado potencial nas zonas costeiras (Alaska Energy Authority, 2019). O

clima frio tem um efeito positivo, uma vez que as turbinas eólicas em regiões frias têm um aumento de 20% na potência máxima de saída a cerca de  $-37^{\circ}\text{C}$  (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019). O custo de produção da eletricidade é reduzido à operação e manutenção após o período de retorno do investimento, visto que não são necessários combustíveis (Witt, Stefansson, & Valfells, 2019).

Relativamente aos recursos de biomassa, embora a disponibilidade destes recursos varie bastante consoante as regiões do Ártico, existem oportunidades significativas para a utilização de material vegetal, animal ou resíduos municipais para a produção de energia. Embora a biomassa seja renovável, é necessário ter em consideração a sustentabilidade, uma vez que se a sua remoção for mais célere do que a sua reposição, acabará por esgotar os recursos. No Ártico, as práticas de gestão dos incêndios florestais podem também constituir uma oportunidade para a recolha destes recursos (Marsik & Wiltse, 2019).

A maior parte do Ártico não possui qualquer recurso geotérmico superficial conhecido. No entanto, algumas zonas do Ártico possuem, de facto, um recurso geotérmico viável de magnitude significativa, sendo a Islândia o principal exemplo (Marsik & Wiltse, 2019). A Islândia tem uma localização única sobre uma fenda nas placas continentais e tem uma elevada concentração de vulcões. Este recurso geotérmico está a ser utilizado para eletricidade e aplicações de aquecimento (Marsik & Wiltse, 2019).

#### 1.4. *A Governance* do Ártico assente na Cooperação

Apesar das diferentes perceções, discursos e abordagens, o Ártico pós-Guerra Fria apresenta estabilidade geopolítica (Østhagen, 2019). Esta baseia-se em vários fatores como a cooperação institucional e internacional iniciada pelos Estados do Ártico e apoiada por atores não estatais (povos indígenas, ONG's, sociedades civis, etc) (Exner-Pirot & Murray, 2017). Como resultado, o Ártico pós-Guerra Fria é mais politizado, mas menos militarizado, pelo que não há conflitos armados (Heininen, 2019).

Todavia, em virtude dos recursos do Ártico se terem tornado mais acessíveis, o que presumivelmente levará a maior criação de riqueza, a sua intensa exploração económica tornou necessário o estabelecimento de um quadro jurídico adequado para assegurar a proteção do ambiente, dos povos e a segurança marítima numa região onde a circulação está a aumentar (Käpylä & Mikkola, 2019).

O mais importante mecanismo de *governance* do Ártico é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982 (Käpylä & Mikkola, 2019). Este documento fornece um quadro jurídico multilateral global para definir o estatuto das áreas marítimas e resolver questões de soberania e fronteiras no Ártico (Byers, 2013).

Contudo, e apesar da abrangência da UNCLOS, o Ártico dispõe de estruturas de *governance* que fomentam a cooperação e atenuam potenciais conflitos. A *governance* do Ártico é, portanto, multifacetada, visto que não está sujeita a um único regime de tratados, nem é abrangida pelo mandato de uma única estrutura ou organização de *governance* (Humrich & Wolf, 2012).

A *governance* do Ártico é, segundo Humrich e Wolf (2012), um sistema multinível fragmentado, que evoluiu gradualmente como resposta a necessidades práticas (Humrich & Wolf, 2012). Este sistema foi operacionalizado através de diversos mecanismos “*divided among federal, national, regional, international and global levels of regulation and is split into partly overlapping sectoral domains.*” (Humrich & Wolf, 2012, p. 11).

À luz deste entendimento Oran R. Young cunhou, em 2005, o termo Mosaico de *Governance* do Ártico para descrever o regime do Ártico. De acordo com esta ideia, a *governance* do Ártico é caracterizada por uma multiplicidade de disposições de *governance* diferentes, que, em conjunto, criaram um quadro semelhante a um mosaico de acordos globais pertinentes para o Ártico: organizações internacionais, mecanismos de gestão regional, parcerias público-privadas, etc. (Young, 2016).

Neste sentido, reconhece-se o Conselho do Ártico como o quadro institucional multilateral mais importante na região, principalmente através de contribuições científicas cooperativas e recomendações políticas. Outras estruturas de *governance* relevantes incluem a Organização Marítima Internacional (OMI) e o BEAC (Käpylä & Mikkola, 2019). Embora estes mecanismos de *governance* não se ocupem com questões de segurança, contribuem para a manutenção do espírito de cooperação entre os intervenientes do Ártico: “*there is broad agreement that they foster and contribute to the spirit of co-operation, the rule of international law, and peace in the region.*” (Käpylä & Mikkola, 2019, p. 156). Neste contexto, existe uma cooperação funcional em diversos domínios e um diálogo contínuo entre os Estados do Ártico e outros atores locais, bem como entre os atores do Ártico e aqueles externos à região (Heininen, 2019). Segundo Heininen, a elevada estabilidade da região do Ártico deve-se aos interesses comuns dos

Estados do Ártico- reduzir a tensão militar, aumentar a estabilidade política, proteger o ambiente, etc.-, passando do conflito da Guerra Fria para uma cooperação funcional (Transboundary cooperation). De acordo com este autor, "*Transboundary cooperation and trade across national borders may be the best means to achieve this objective because they require and promote interdependence.*" (Heininen, 2019, p. 220).

À luz deste enquadramento da *governance* do Ártico, fortemente dependente de estruturas de cooperação (de entre as quais organizações multilaterais que surgiram com o objetivo de alcançar metas comuns (Heininen, 2019)), incluímos neste contexto, os contributos da Teoria da Estratégia principalmente sobre a tipologia dos processos de interação internacional do Almirante Silva Ribeiro (2020) e da Teoria de Jogos Cooperativos de Snidal (1985), Axelrod (1980; 2006) e Keohane (1984;1989). Segundo estes autores, os interesses dos atores podem ser maximizados num contexto de cooperação, principalmente para atores mais fracos (Keohane & Nye, 2012). No Ártico, dado o impacto das alterações climáticas, a *Transboundary cooperation* no seio das organizações multilaterais, no setor ambiental, foi pilar pioneiro para a gestão da *governance* e a manutenção da paz na região. Esta cooperação de carácter funcional e científica ao ser alargada a outros setores (Heininen, 2019), como o setor energético<sup>11</sup>, afigura-se instrumento recorrentemente utilizado no contexto do Ártico para a prossecução dos objetivos dos atores intervenientes na *governance* do Ártico (Heininen, 2019; Renault, 2022).

#### 1.4.1. Organizações Multilaterais do Ártico: BEAC

A cooperação na região de Barents foi lançada em 1993, quando a Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Islândia, Rússia e a Comissão da UE assinaram a Declaração de Kirkenes que estabeleceu o Conselho Euro-Ártico de Barents (BEAC). O trabalho da organização está assente nos *Working Groups* que reúnem cientistas, funcionários públicos e representantes das populações indígenas (Renault, 2022).

Na estrutura da organização do BEAC, estão interligados 2 níveis de cooperação: a cooperação intergovernamental (BEAC) e a cooperação inter-regional, o Conselho da Região do Barents. O primeiro reúne representantes dos governos e é composto por um Comité de Altos Funcionários que gerem as comunicações entre reuniões. Este conselho

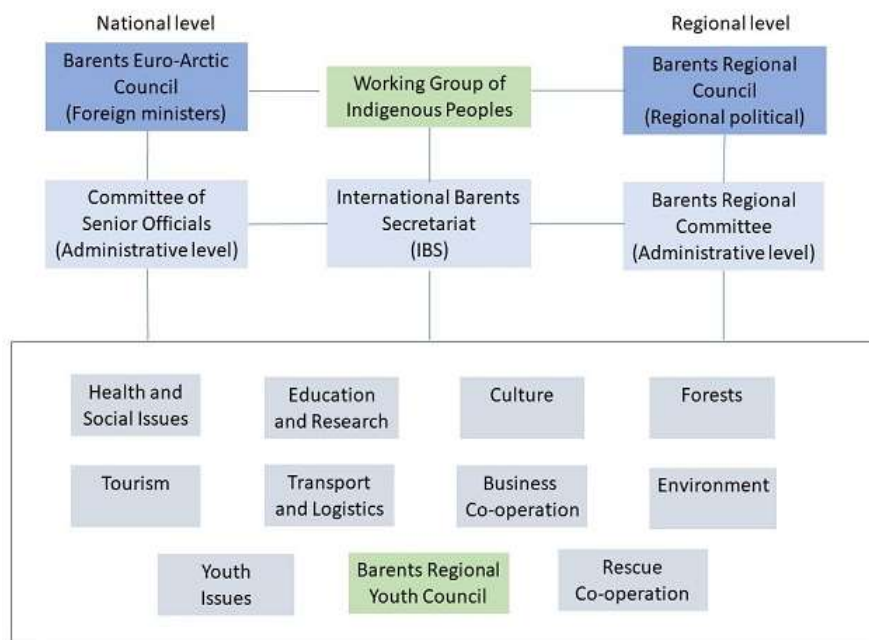
---

<sup>11</sup> O setor energético está estreitamente relacionado com o setor ambiental (Renault, 2022).

reúne a nível dos ministros dos negócios estrangeiros e em termos orçamentais, funciona através de um secretariado constituído por contribuições individuais dos países (Barents Euro-Arctic Council, s/d). O segundo nível reúne as regiões mais a norte dos países membros e os povos indígenas num Conselho Regional, sendo constituído pelos líderes dos Conselhos dos Condados de Fylkekommune, Oblast e Län da região de Barents<sup>12</sup>. (Regional Council of the Barents Region, 1993)

Os Conselhos do BEAC estabeleceram *Working Groups* temáticos que constituem uma plataforma transfronteiriça de intercâmbio para funcionários públicos e os profissionais dos respetivos setores temáticos, tanto a nível nacional como regional (Barents Euro-Arctic Council, s/d). Os *Working Groups* são constituídos por peritos em cooperação regional nos respetivos setores de atuação do BEAC, cujo principal objetivo é criar uma rede nos seus respetivos domínios de especialização. Sendo incentivada a cooperação intersectorial entre os *Working Groups*, estas redes intersectoriais têm como principal função o debate de ideias e criação de projetos e políticas para a região do Barents (Barents Euro-Arctic Region, 2018).

Figura 3: Estrutura organizacional da Cooperação do Mar de



Fonte: (International Barents Secretariat. 2013)

<sup>12</sup> Condado de Archangelsk (Oblast), Conselho do Condado de Finnmark (Fylkeskommune), Condado de Lapland (Län), Condado de Murmansk (Oblast), Conselho do Condado de Nordland (Fylkeskommune), Conselho de Norrbottens (Län), Conselho do povo Sami e Conselho do povo Troms (Fylkeskommune).

A diversidade dos Working Groups demonstram uma ampla gama de domínios de cooperação: serviços de salvamento, povos indígenas<sup>13</sup>, infraestruturas, comércio e alfândegas, cultura, ambiente, questões da juventude, turismo, energia, bem como questões sociais e relacionadas com a saúde. (International Barents Secretariat, 2013). Ademais, esta dupla *governance* reforça a cooperação política entre o nível estratégico, em que é dada orientação política e o nível regional dos países, em que é conduzida a execução (Renault, 2022), assim como demonstrado pelo organograma da estrutura do BEAC.

O cerne da atual cooperação na região de Barents é o ambiente e, em menor grau, o domínio económico (Renault, 2022). No âmbito da cooperação no domínio do ambiente, o trunfo mais importante do quadro do Barents é o programa de Ação Ambiental da Região de Barents (BREAP). Este programa visa proteger o ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, reunindo uma variedade de organizações internacionais, nacionais e regionais que trabalham com questões ambientais do Ártico (Barents Euro-Arctic Council, s/d). No domínio da cooperação económica, os participantes da Declaração de Kirkenes sublinharam o objetivo de transformar a região numa área importante de crescimento económico sustentável através de uma cooperação política e económica reforçada. A estrutura económica da região de Barents, centra-se na extração e processamento de matérias primas, constituindo um importante fornecedor de recursos energéticos para os mercados do sul (Barents Euro-Arctic Council, s/d).

No contexto desta dissertação, é relevante destacar que, assim como outras organizações regionais do Ártico, o BEAC beneficia dos instrumentos financeiros da UE (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015). Estes instrumentos cofinanciam programas como o Interreg Northern Periphery and Arctic Programme e o Interreg Nord (Barents Euro-Arctic Region, 2018).

### 1.5. Papel da União Europeia na *governance* do Ártico

A legitimidade da participação da UE no Ártico é justificada pela presença de Estados-Membros com territórios no Círculo Polar Ártico (Finlândia, Suécia e Dinamarca) e a

---

<sup>13</sup> Os povos indígenas têm uma função consultiva em relação aos dois Conselhos. A cooperação inter-regional transfronteiriça e o estatuto dos povos indígenas também são características que tornam a cooperação de Barents única numa perspetiva global. (International Barents Secretariat, 2013)

Gronelândia por ser território ultramarino da UE. Além disso, Noruega e Islândia, como membros do Espaço Económico Europeu, têm acesso ao mercado e mecanismos de cooperação da UE (Balão, 2012; Østhagen, 2013).

A UE considerou a região do Ártico como uma periferia que resultou na elaboração de uma política específica da UE para o Ártico em 2008 (Østhagen, 2013). Ademais, a UE ainda atua sobre a base jurídica de competências em muitos domínios relacionados com os assuntos do Ártico (Direito do Mar, Ambiente, Direitos Humanos, desenvolvimento económico, política de coesão, investigação científica) (Comissão Europeia, 2007).

O ano de 2008 marca um ponto de viragem na vontade política da UE de tratar os assuntos do Ártico, seguida de políticas e estratégias publicadas em 2012, 2016 e 2021. Estas Comunicações têm três objetivos principais: cooperação internacional; desenvolvimento sustentável; alterações climáticas e proteção do ambiente (Comissão Europeia, 2016).

No âmbito da cooperação multilateral, um dos principais objetivos é a obtenção da categoria de observador permanente do Conselho do Ártico, com vista à defesa dos interesses estratégicos da UE, através da difusão das suas próprias ideias e normas, especialmente no que diz respeito à questão da sustentabilidade dos recursos e proteção ambiental (Stepien & Raspotnik, 2021).

Ademais, a UE participa no seio de diversas organizações internacionais regionais do Ártico através de cooperação científica. Esta vertente revela uma ambição de utilizar ciência na elaboração de políticas: “A UE criou redes internacionais sólidas de investigação sobre o Ártico enquanto instrumento diplomático” (Comissão Europeia, 2021, p. 4), principalmente no âmbito do setor da ação climática.

Ao comparar os diferentes aspetos de *governance* do Ártico, a UE revela que o seu envolvimento varia acentuadamente entre as diferentes áreas políticas (Ziemer, 2016). Esta discrepância persiste apesar dos Estados do Ártico terem acolhido favoravelmente o envolvimento da UE em negociações relacionados com a política ambiental, subsiste a resistência em relação a questões económicas (Ziemer, 2016). Consequentemente, a UE não tem capacidade para pôr em prática as suas políticas de forma independente, sem apoio de outros Estados ou organizações.

Dito isto, a UE tem uma presença óbvia no Ártico, sobretudo, em termos de acesso ao mercado e de regulamentação (Østhagen, 2017), principalmente através das organizações

da região e da diplomacia científica. Todavia, os esforços para o envolvimento de forma mais construtiva e vinculativa no Ártico têm-se revelado mais inacessíveis (Østhagen, 2019).

Para esta investigação, o levantamento do envolvimento da UE na *governance* do Ártico constitui um elemento importante, para avaliar a sua capacidade de concretizar os seus objetivos e ambições nesta região, neste caso, no setor energético.

## Capítulo 2 – Objetivos Estratégicos da União Europeia para o Ártico no setor energético

Neste capítulo fazemos o levantamento dos objetivos da UE para o setor energético no Ártico, explorando-os à luz dos documentos que marcaram a ação da União Europeia no Ártico, entre 2014 e 2022:

### **Resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia da UE no Ártico de 2014 e Council conclusions on developing a European Union policy towards the Arctic region de 2014**

Destacamos a relevância dos seguintes tópicos:

- Importância do investimento em investigação científica no Ártico

Este documento incita a uma ampla cooperação entre os Estados e a criação de infraestruturas de investimento. Neste sentido, no âmbito do setor energético, a UE solicita:

“o desenvolvimento de sinergias mais eficazes entre os programas existentes (nomeadamente ao abrigo dos programas Interreg IV, Periferia Setentrional (NPP) [...]), bem como uma contribuição para o financiamento das parcerias da Northern Dimension [...] ou do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)” *(Parlamento Europeu, 2014).*”

Em anos anteriores, a UE já havia investido no contributo para a cooperação regional e transfronteiriça no Ártico através de investigação nos diversos domínios, entre os quais, a energia (1.14 mil milhões de euros 2007-2013) (Conselho da União Europeia, 2014). O objetivo a partir de 2014 foi o reforço do investimento, continuando a apoiar a investigação agindo “com responsabilidade para contribuir para garantir o desenvolvimento económico no Ártico com base na utilização sustentável dos recursos e nos conhecimentos sobre o ambiente” (Conselho da União Europeia, 2014, p. 1).

- Importância de produção de energia verde e sustentabilidade dos recursos:

A redução da dependência energética da União Europeia em relação à Rússia<sup>14</sup> é uma questão crucial, destacando um dos impactos das mudanças climáticas na segurança energética da UE. Em complemento, reforça-se que essa segurança deve ser fortalecida

---

<sup>14</sup> Principalmente energia transportada por oleodutos, visto que estes se tornam vulneráveis a ruturas devido ao degelo do *permafrost* (Parlamento Europeu, 2014).

por meio da diminuição da dependência da UE de combustíveis fósseis (Parlamento Europeu, 2014).

Para a concretização deste objetivo a UE encoraja a promoção de normas regulamentadoras de precaução no campo da proteção ambiental e de segurança para a exploração, prospeção e produção de petróleo. Promovendo a proibição de perfurações petrolíferas nas águas no Ártico da UE e da EEE (Parlamento Europeu, 2014).

Neste sentido, a UE enquanto principal consumidor de gás natural do Ártico, salienta o papel deste recurso proveniente de uma fonte de abastecimento segura, produzido de acordo com as mais elevadas normas, principalmente enquanto importante elemento de transição para uma economia hipocarbónica. Apoiando neste sentido, a abordagem de precaução por etapas no desenvolvimento de recursos energéticos do Ártico (Parlamento Europeu, 2014).

### **Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Uma política integrada da União Europeia para o Ártico de 2016**

A Comunicação conjunta foi um documento baseado em comunicações anteriores (2008, 2012, 2014) e nesta estão explanados os 3 domínios prioritários da atuação da UE no Ártico que não se alteraram desde então. Portanto, com base nos documentos anteriores, o de 2016 apresenta como domínios prioritários: Alterações climáticas e proteção do ambiente Ártico; Desenvolvimento sustentável no Ártico e na zona circundante; Cooperação internacional sobre questões ligadas ao Ártico (Comissão Europeia, 2014; Comissão Europeia, 2016).

Contudo, este documento, no âmbito do setor energético, realça a ciência como catalisador e dedica grande parte do Comunicado à ação da UE na investigação científica e inovação.

Dentro dos supramencionados domínios destacamos as seguintes prioridades para o setor energético:

- Diminuição do recurso aos combustíveis fósseis: A UE insta os Estados-Membros a abolirem as subvenções aos combustíveis fósseis que baixam o custo de produção de energia de fontes não renováveis, com o intuito de desincentivar a exploração e a utilização destes combustíveis.

Exorta, ademais a UE a promover, a nível internacional normas de precaução no domínio da proteção ambiental e da segurança e exploração, prospeção e produção de petróleo. Tornando a insistir (assim como em 2014) na proibição de perfurações

petrolíferas *offshore* em países da UE e de EEE e na promoção de normas de precaução comparáveis às do Conselho do Ártico e dos Estados costeiros do Ártico (Comissão Europeia, 2016).

- Apoio à inovação sustentável e investigação científica: As condições climáticas adversas e o ambiente frágil exigem tecnologia e conhecimentos especializados (respeitando as normas ambientais) que permitam o desenvolvimento de atividades relacionadas com a “economia verde”, tais como sistemas energéticos sustentáveis de diversas fontes, incluindo setores de “economia azul”, como a produção de energia renovável ao largo da costa (Comissão Europeia, 2016).

O documento destaca ainda que o setor da energia no Ártico pode incluir a energia eólica terrestre e marítima, a energia oceânica, a energia geotérmica e a energia hidroelétrica (Comissão Europeia, 2016).

- Investimento

O *Plano Investimento para a Europa* está operacional e poderá servir para apoiar projetos de infraestruturas no Ártico Europeu, nomeadamente na Gronelândia. Através deste instrumento e das suas operações de concessão de empréstimos, o Banco Europeu de Investimento poderá contribuir para o financiamento de projetos destinados a vários domínios, de entre os quais, a eficiência energética. (Comissão Europeia, 2016).

- Organizações e Instâncias Internacionais:

A UE continuará a participar ativamente no Conselho do Ártico, a principal instância de cooperação internacional na região, principalmente no setor energético participando e contribuindo para grupos de trabalho, grupos de missão e grupos de peritos (Comissão Europeia, 2016).

### **Resolução do Parlamento Europeu de 2021 sobre o Ártico: Oportunidades, Preocupações e Desafios para a Segurança**

- Desenvolvimento sustentável e exploração dos recursos estratégicos

Paralelamente, com vista a dar resposta aos desafios ambientais, sociais, económicos e políticos decorrentes das alterações climáticas, a UE é um dos principais defensores da não-exploração do petróleo, carvão e gás natural nas regiões do Ártico (Parlamento Europeu, 2021). Apesar dos Estados da UE importarem petróleo e gás do Ártico, a UE está empenhada em alcançar as metas do Acordo de Paris através da execução do Pacto Ecológico Europeu (Parlamento Europeu, 2021).

Para este efeito, a Comissão Europeia trabalha com os seus parceiros para estabelecer uma obrigação jurídica a nível multilateral, que preveja a não autorização de qualquer novo aumento das reservas de hidrocarbonetos no Ártico ou regiões adjacentes ou a aquisição desses recursos, caso venham a ser produzidos (Parlamento Europeu, 2021).

- Apoiar o potencial do Ártico em matéria de energias renováveis

Destaca, que o Ártico tem um enorme potencial em matéria de energias renováveis (geotérmica, eólica, hídrica e hidrogénio verde). O desenvolvimento de tecnologias de energias limpas é tanto do interesse do Ártico como da UE, por este motivo, a UE reforça a cooperação em matéria de energias limpas, aumentando os intercâmbios neste domínio e explorando a possibilidade do aprovisionamento de energias limpas e da transição energética (Parlamento Europeu, 2021). Para promover esta transição energética é fundamental a extração responsável de minerais essenciais para o desenvolvimento de soluções sustentáveis, e a UE procura neste sentido, estabelecer parcerias estratégicas com países terceiros ricos nestes recursos (Parlamento Europeu, 2021).

- Investimento Científico

A especialização inteligente pode apoiar o desenvolvimento de tecnologias e de soluções inovadoras para a transição ecológica, ajudando as regiões europeias do Ártico a beneficiar dos investimentos do plano de recuperação da UE, que destaca a eficiência energética, a energia sustentável e as transições industriais (Parlamento Europeu, 2021).

**Parecer do Comité das Regiões Europeu de 2022: A Nova Estratégia da UE para o Ártico; Russia's war on Ukraine: EU sanctions against Russia e o Joint EU-Norway statement on strengthening energy cooperation**

Os documentos analisados sobre a ação da União Europeia produzidos em 2022, manifestam a preocupação com as mudanças geopolíticas provocadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia e com as suas repercussões no Ártico, provocando mudanças na arquitetura da segurança energética europeia (Comité das Regiões Europeu, 2022).

- Modelo económico sustentável:

A UE deve centrar os seus esforços na modernização do setor energético do Ártico através do desenvolvimento de energias renováveis, a fim de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e de reforçar a independência energética da UE, destacando a produção de energia eólica (Comité das Regiões Europeu, 2022).

Este documento refere ainda que, no Ártico, a produção de energia, a presença de indústrias com utilização intensiva de energia e um ambiente difícil para o transporte e as

infraestruturas sustentáveis, é essencial para assegurar uma transição e uma adaptação energética justa. Os investimentos devem abranger as energias renováveis, as tecnologias energéticas e as “soluções energéticas do futuro” (Comité das Regiões Europeu, 2022, p. 4), como os polos empresariais de hidrogénio renovável e baterias, a produção descentralizada de energia, a recuperação de calor e a digitalização do setor da energia (Comité das Regiões Europeu, 2022).

Apesar do compromisso com o Pacto Ecológico Europeu destacado com veemência neste documento, a UE ainda depende da energia do Ártico. Este facto, torna a região vulnerável à situação geopolítica e aos mercados mundiais, reconhecendo que a solução a curto prazo para a dependência energética da UE reside no Ártico. (Comité das Regiões Europeu, 2022).

Nesse contexto da crise energética derivada do conflito Rússia-Ucrânia destacam-se dois comunicados que transparecem o aumento do recurso à energia norueguesa em detrimento da energia russa:

- A guerra da Rússia contra a Ucrânia: A UE adota o sexto pacote de sanções contra a Rússia

Os Estados-Membros decidiram impor um embargo às importações dos produtos energéticos. Estas sanções eliminarão progressivamente as importações de petróleo russo (Comissão Europeia, 2022).

- Declaração conjunta UE-Noruega sobre o reforço da cooperação no domínio da energia

A UE reitera a importância do gás natural e petróleo norueguês para a segurança energética europeia devido à imprevisibilidade da Rússia e sucessivas sanções que a UE impôs. Em consequência, a UE e a Noruega reforçaram a parceria no domínio de energia, no longo prazo. Registando também a importância do mercado europeu da energia como principal mercado de exportação para o setor do gás e petróleo norueguês e o potencial futuro da cooperação em matérias de energias renováveis *offshore* e hidrogénio verde (Comissão Europeia, 2022 f).

Dito isto, ao analisar o papel da UE em relação à energia no Ártico é necessário entender a própria ação doméstica da UE neste setor. No próximo capítulo exploramos em primeiro lugar os desenvolvimentos que encaminharam a UE para um maior foco nas questões climáticas na política energética, e como é que a sua estratégia energética estende o seu alcance à região do Ártico.

## Capítulo 3 – Estratégia Energética Da União Europeia

A União Europeia é a maior economia mundial baseada num mercado interno comum, embora, em matéria de energia, a heterogeneidade das economias dos Estados-Membros torne difícil a elaboração de políticas e estratégias de atuação comum, sobretudo quando se tratam de questões energéticas (Locatelli, 2015).

Extremamente dependente em termos energéticos, a UE tem iniciado esforços para reformar o seu mercado interno de energia, com vista à liberalização do mercado de gás e de petróleo e à criação de um mercado único e competitivo, que substitua os mercados nacionais e anule monopólios nacionais e o acesso limitado à rede de terceiros (Locatelli, 2015).

A União Europeia tem baseado principalmente a gestão das suas relações com os países exportadores na divulgação do ser *acquis* em matéria de regulamentação dos mercados de energia (McGowan, 2008). Isto é, a União Europeia estabelece como objetivo um espaço regulatório comum, regido por normas e regras que orientem o comportamento dos agentes do mercado. Este modelo de organização assenta em indústrias integradas em rede, associadas a modalidades competitivas de acesso aos recursos energéticos estabelecidos pelos princípios consagrados no *Energy Charter Treaty*<sup>15</sup> assinado em 1994 (Locatelli, 2015).

Na perspetiva estratégica da União Europeia, as instituições de mercado e o estado de direito inseridas num quadro multilateral das relações internacionais produzem estabilidade e segurança.

No âmbito desta dissertação importa destacar 3 grandes marcos na Estratégia Energética Europeia:

### **União da Energia de 2015**

A Estratégia da União da Energia foi concebida para aumentar a segurança energética, a sustentabilidade e a competitividade, e assenta em 5 dimensões interrelacionadas que se reforçam mutuamente:

---

<sup>15</sup> O Energy Charter Treaty fornece uma estrutura multilateral para a cooperação energética que é única sob o direito internacional. Destina-se a promover a segurança energética através do funcionamento dos mercados energéticos mais abertos e competitivos, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável e da soberania sobre os recursos energéticos.

O Tratado foi assinado em 1994 e entrou em vigor em 1998. Atualmente existem cinquenta e três signatários e partes contratantes, incluindo a União Europeia e a Euratom (The Energy Charter Treaty, 2019).

- Segurança energética, solidariedade e confiança

Nesta dimensão as políticas que a União Europeia propõe: promoção de eletricidade produzida a partir de fontes de energia renovável; recorrer a gasodutos de fornecedores alternativos; importação de gás liquefeito de Estados que retificaram acordos de aprovisionamento com os Estados-Membros da UE; e a celebração pela UE de acordos intergovernamentais com fornecedores de energia de países terceiros (Roeben, 2018). A diversificação das fontes de energia é complementada pela prevenção solidária de escassez de aprovisionamento e pela capacidade de resistência à mesma.

- Um mercado europeu de energia totalmente integrado

Esta dimensão visa a criação de um mercado plenamente integrado à escala da UE para a energia em rede e, em especial, para a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis, marcado pela dispersão das fontes de produção, pela distância em relação aos centros de consumo e pela volatilidade (Comissão Europeia, 2015).

A Comissão europeia exige neste sentido a conceção do lado da oferta de um mercado que conjugue as capacidades a nível regional e europeu e permita a resposta de procura por parte dos consumidores, bem como a oferta ativa. Exige também uma infraestrutura interconectada capaz de transmitir eletricidade através do território da UE (Comissão Europeia, 2015).

- Eficiência energética que contribua para a modernização da procura

Nesta estratégia assume-se que a energia poupada pode ser equivalente a um aumento da capacidade de produção: “Neste contexto, é necessário repensar fundamentalmente a eficiência energética e considerá-la uma fonte de energia de direito próprio, que representa o valor da energia poupada.” (Comissão Europeia, 2015, p. 14). Esta dimensão é então, equiparada a fonte de energia, em que, o aumento da eficiência energética torna-se uma política energética específica e não uma política ambiental (Comissão Europeia, 2015).

- Descarbonização da economia

A estratégia integra a ação climática na política energética, reafirmando o objetivo da UE de uma redução de 40% em relação ao ano de 2005 das emissões de carbono e de gases de efeito de estufa equivalente, até 2030 (Comissão Europeia, 2015). Neste sentido, foram criados outros mecanismos de financiamento da UE para promover inovações significativas com baixas emissões de carbono, em especial nas principais indústrias com utilização intensiva de energia. Este objetivo de redução do dióxido de carbono gera

objetivos secundários para a percentagem de energias renováveis e melhorias na eficiência energética, de pelo menos 27% até 2030 (Comissão Europeia, 2015).

Para a concretização deste objetivo, a substituição de combustíveis fósseis por energia produzida a partir de fontes de energia renovável é essencialmente da competência dos Estados-Membros, ao abrigo das normas e recomendações da UE em matéria de auxílios estatais para a energia e ambiente (Comissão Europeia, 2015).

#### - Investigação, Inovação e Competitividade

A estratégia identifica, como objetivo político, o apoio financeiro da UE para traduzir a investigação nos domínios prioritários em aplicação comercial e o apoio específico à tecnologia de captura e armazenamento de carbono (Comissão Europeia, 2015).

#### **Pacto Ecológico Europeu de 2019**

O nexos entre as políticas energéticas e climáticas foi conceptualizado no Plano Ecológico Europeu. Este documento redefine o compromisso da Comissão Europeia com a ação climática, conciliando a proteção ambiental com a segurança energética através da transformação das economias europeias (Comissão Europeia, 2019). Esta transformação passa em larga escala no “repensar as políticas com vista a um aprovisionamento energético limpo transversal a toda a economia: indústria, produção e consumo, grandes infraestruturas, transportes, alimentação e agricultura, construção, política fiscal e prestações sociais.” (Comissão Europeia, 2019, p. 4). Este documento para além de consistir na estratégia a longo prazo para a neutralidade carbónica, constitui uma estratégia para a transição energética nos Estados da UE.

Para fornecer energia limpa, segura e acessível aos Estados da UE, a prioridade deve ser dada à eficiência energética. Neste sentido, é necessário o desenvolvimento de um setor energético ampliado com fontes renováveis, a eliminação rápida do carvão e a descarbonização do setor de gás, promovendo gases descarbonizados, um mercado de gás competitivo e a redução das emissões de metano no setor energético (Comissão Europeia, 2019). Paralelamente, o aprovisionamento energético tem de ser seguro e acessível para os consumidores e empresas: “Para que tal aconteça, é fundamental assegurar a integração, a interligação e a digitalização plenas do mercado europeu da energia, respeitando em simultâneo a neutralidade tecnológica.” (Comissão Europeia, 2019, p. 6).

A transição para as energias limpas deve envolver e beneficiar os consumidores. Com isto, a Comissão propõe aumentar a produção de energia eólica marítima, alicerçada na

cooperação regional entre os Estados-Membros. Prioriza a integração inteligente das energias renováveis, de eficiência energética e de outras soluções sustentáveis em todos os setores (Comissão Europeia, 2019).

O acesso aos recursos é também uma questão de segurança energética e estratégica para a ambição europeia de concretizar o Pacto Ecológico Europeu (Comissão Europeia, 2019). Assim, para realizar a transição energética é essencial assegurar o fornecimento de matérias-primas sustentáveis, em particular os recursos minerais para as energias limpas, aplicações digitais, diversificando o fornecimento entre fontes primárias e secundárias (Comissão Europeia, 2019).

Com isto, o Pacto Ecológico Europeu apresenta um conjunto de metas, intenções e objetivos, fornecendo um quadro geral para a transição ecológica das economias dos estados, colocando o foco no setor energético (Fetting, 2020).

#### **Plano pós invasão da Ucrânia: REPowerEU de 2022**

Mais recentemente, com o agravar da ameaça climática e com a crise energética causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia em fevereiro de 2022, a UE apresentou em março de 2022 a Comunicação REPowerEU, que estabelece um plano para pôr termo às importações de energia fóssil provenientes da Rússia (Comissão Europeia, 2022 b). Para este efeito destaca a necessidade de “diversificar o aprovisionamento energético da UE, aumentar as economias de energia e a eficiência energética e acelerar a transição para a energia verde.” (Comissão Europeia, 2022 b, p. 1). Ademais, apesar da transição energética ser uma prioridade para a independência energética, o início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia exigiu o abandono dos combustíveis fósseis russos, obrigando então a substituição desses combustíveis por outros fornecedores energéticos (Comissão Europeia, 2022 b). Neste sentido, conciliando questões ambientais e energéticas urgentes, a UE favorecerá estratégias de diversificação que incluam investimentos em gás e em hidrogénio renovável (Comissão Europeia, 2022 b).

Com vista a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e a concretizar a transição energética, o plano REPowerEU propõe um conjunto adicional de ações: “poupar energia; diversificar o aprovisionamento; substituir rapidamente os combustíveis fósseis ao acelerar a transição da Europa para as energias limpas; combinar de forma inteligente os investimentos e as reformas” (Comissão Europeia, 2022 c, p. 1).

De acordo com a Comissão Europeia, estas ações transformarão estruturalmente o sistema energético da UE. Exigindo a coordenação entre a procura, a fim de reduzir o

consumo de energia, transformando os processos industriais e substituindo os combustíveis fósseis por eletricidade de fontes renováveis e hidrogénio, e as ações do lado da oferta, para criar as capacidades e um quadro para a produção das energias renováveis (Comissão Europeia, 2022 c). Relativamente à poupança da energia, a Comissão Europeia afirma que a poupança é a forma mais eficaz de fazer face à crise energética gerada pela guerra na Ucrânia, pois contribui para a redução das importações de energia russa e, no longo prazo,

“a redução do consumo de energia através de uma maior eficiência é uma componente vital da transição para as energias limpas, que aumenta a resiliência da economia da UE e protege a sua competitividade contra os elevados preços dos combustíveis fósseis.” (Comissão Europeia, 2022 c, p. 3).

A cooperação internacional é essencial para aumentar a velocidade da inovação e da implementação da energia verde, reduzindo os seus custos, em especial no que respeita às energias renováveis e ao hidrogénio (Comissão Europeia, 2022 b). Outros domínios de investigação fundamentais para uma transição orientada para a inovação incluem: o desenvolvimento de redes elétricas inteligentes, ciberseguras e flexíveis, o armazenamento de energia de longa duração, matérias-primas sustentáveis, pequenos reatores modulares e combustíveis sustentáveis para a indústria e os transportes (Comissão Europeia, 2022 b). Neste sentido, a UE apoia a cooperação internacional e as iniciativas multilaterais em consonância com a sua abordagem global de investigação e inovação. A Comissão disponibiliza recursos para a cooperação internacional com as principais iniciativas internacionais, como a Missão Inovação e o Fórum Ministerial sobre Energias Limpas, para desenvolver em conjunto soluções para o setor energético (Comissão Europeia, 2022 b).

Para o hidrogénio a Comissão Europeia indicou diversas prioridades estratégicas, entre as quais, a celebração de acordos de parceria nomeadamente com os países vizinhos da UE e com África; promoção de um mercado mundial do hidrogénio assente em regras transparentes com base na experiência da UE; desenvolvimento de um Mecanismo Europeu Global do Hidrogénio (Comissão Europeia, 2022 b).

## Capítulo 4 – Participação da União Europeia no BEAC

### 4.1. Importância do BEAC para a prossecução dos objetivos estratégicos da UE no Ártico

A UE enquanto forte apoiante da cooperação regional (Comissão Europeia, 2016) move os seus interesses estratégicos de acordo com o potencial dos recursos do Ártico e das possibilidades de projetos industriais e de transporte marítimos do Ártico (Zavadskaja, 2014). Contudo, para uma maior influência da UE no Ártico, seria desejável o estatuto de observador no Conselho do Ártico (Käpylä & Mikkola, 2019). Todavia, e dada a sua inacessibilidade, em alternativa a UE exerce uma influência cooperando com os Estados-Membros da UE do Conselho do Ártico e utilizando o seu estatuto de membro noutros fóruns, de entre os quais o BEAC (Lipponen, 2015, p. 7).

A Comissão Europeia foi um dos signatários da Declaração de Kirkenes que criou o BEAC em 1993, um esforço para aumentar a visibilidade regional da UE na Finlândia, Noruega, Suécia e Rússia (Airoldi, 2008). Juntamente com o seu Conselho Regional (BEAR), o BEAC promove a cooperação na região do Mar de Barents, abrangendo um vasto leque de questões ambientais, económicas e de assuntos internos e transfronteiriços. O BEAC afigura-se particularmente útil para a UE na abordagem a estas questões, através de esforços de cooperação internacional e dos *Working Groups* relacionados com setores como a cultura, educação e investigação, ambiente, energia, saúde, questões sociais, turismo e juventude (Koivurova, et al., 2021). Ademais, os fundos comunitários afetos ao funcionamento da cooperação do BEAC constituem instrumentos estratégicos e operacionais de diplomacia científica (Renault, 2022).

### 4.2. Participação da UE no BEAC: setor energético

Um dos principais quadros regulamentares que influenciam o desenvolvimento regional do Barents é o Pacto Ecológico Europeu, cuja política tem servido de base para a formulação de uma estratégia de transição energética. Ademais, o orçamento plurianual da UE constitui ponto de partida para a transição energética na região do Barents (Lapland Chamber of Commerce, 2022).

O estudo realizado pela Câmara de Comércio da Lapónia sobre o potencial de investimento da região de Barents é um exemplo da cooperação regional assente no Pacto Ecológico Europeu.

De acordo com o estudo, grande parte do investimento no setor energético está direcionado com a bioenergia; na energia eólica e na energia nuclear. Destacam-se alguns projetos importantes, como o projeto do parque eólico de Markbygden, na Suécia; projetos para biorrefinarias, na Finlândia; e de energia hidroelétrica em Muskensenter, Noruega. Contudo, o estudo destaca ainda escassos esforços na transição energética por parte da Rússia: *“In the latest energy strategy by 2035, Russia will continue to develop the oil and gas industry, with a strong emphasis on expanding natural gas exports.”* (Lapland Chamber of Commerce, 2022, p. 35).

A Comissão Europeia enquanto membro do BEAC participa nos seus diversos Working Groups em que as questões relacionadas com energia têm sido tratadas pelo Working Group on Economic Cooperation (WGEC) e pelo Working Group on Barents Forest Sector (WGBFS) (no âmbito da produção de energia de biomassa).

Os projetos desenvolvidos e implementados no âmbito dos Working groups são financiados por fontes financeiras nacionais ou pelos programas nórdicos ou da UE. A principal fonte de financiamento de projetos tem sido o programa de cooperação transfronteiriça Kelarctic (um dos maiores programas de financiamento da UE para diversos setores do Ártico) (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015).

#### 4.2.2. Programas de financiamento para a cooperação científica

A UE dispõe de vários instrumentos de financiamento para apoiar a sua ação externa. O Instrumento Europeu de Vizinhança financia a cooperação regional e transfronteiriça, nomeadamente na região de Barents, através do apoio à Northern Dimension e aos programas de cooperação transfronteiriça (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015). O Instrumento de Parceria é um instrumento global de apoio à ação externa da UE, que inclui o apoio à colaboração no Ártico, e em particular, à colaboração com a Rússia (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015).

Os programas mais relevantes financiados pela UE são os programas de cooperação transnacional e transfronteiriça, que se centram geograficamente na região Euro-Ártica do Mar de Barents ou em partes geograficamente relevantes da mesma. (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015).

### **The Interreg Northern Periphery and Arctic Programme (NPA)**

O programa Interreg Northern Periphery and Arctic constitui uma cooperação entre 9<sup>16</sup> países parceiros. Abrangendo assim a zona euro-ártica, parte da zona atlântica e partes da região de Barents.

O NPA faz parte do Objetivo de Cooperação Territorial Europeia Interreg, no âmbito da política de coesão apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo financiamento equivalente do FEDER de países parceiros não pertencentes à UE (Northern Periphery and Arctic Programme, 2019).

No setor energético a NPA aponta como eixo prioritário de atuação “*Fostering energy-secure communities through promotion of renewable energy and energy efficiency*” (Northern Periphery and Arctic Programme, 2019, p. 2) enfatizando que as comunidades mais despovoadas dos países parceiros do programa devem ser o ponto central de atuação (Northern Periphery and Arctic Programme, 2019).

Com o desenvolvimento de projetos no âmbito deste programa resultando da cooperação transnacional, o NPA procurou contribuir para “*increased awareness about and increased readiness to invest in energy efficiency measures and renewable energy solutions suitable for constructing, maintaining and running housing and public infrastructures*” (Northern Periphery and Arctic Programme, 2019, p. 23). No médio prazo o programa procura desenvolver novos conceitos de poupança energética e de utilização de energias renováveis, podendo resultar em oportunidades de negócio para empresas que desenvolvam e instalem essas soluções/conceitos. No longo prazo, a cooperação transnacional contribuirá para uma maior eficiência energética em zonas remotas e escassamente povoadas (Northern Periphery and Arctic Programme, 2019).

O financiamento total do NPA 2014-2020 é cerca de 88 milhões de euros, dos quais 50 milhões de euros provêm do FEDER, 28 milhões de euros dos Estados-membros participantes e 9 milhões de euros dos países terceiros (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015).

A mais recente edição deste programa (2021-2027), abrangendo os territórios de 8 países <sup>17</sup>, foca enquanto principal objetivo, para o setor energético, a questão da sustentabilidade e poupança energética: “*The main focus is achieving net energy savings and respect of biodiversity and habitats.*” (Northern Periphery and Arctic, 2020, p. 22).

---

<sup>16</sup> Finlândia, Irlanda, Suécia, Reino Unido, Ilhas Faroé, Islândia, Gronelândia e Noruega.

<sup>17</sup> Finlândia, Irlanda, Suécia, Irlanda, Noruega, Islândia, Ilhas Faroé e Gronelândia.

O financiamento deste programa (2021-2027) atribuirá cerca de 46 milhões euros para os projetos, dos quais cerca de 39 milhões euros de financiamento europeu (FEDER) estarão disponíveis para parceiros nos Estados-Membros e 6 milhões de euros para parceiros nos países parceiros não pertencentes à UE (Northern Periphery and Arctic, 2020).

### **Interreg Nord**

O Interreg Nord é um programa de cooperação transfronteiriça entre a Finlândia, a Suécia e a Noruega, no âmbito do objetivo ETC<sup>18</sup> da UE, cofinanciado pelo FEDER.

Este programa promove soluções eficientes através de recursos sustentáveis, que são necessárias nas zonas mais despovoadas dos países do projeto (Comissão Europeia, s/d).

O financiamento total do Programa Interreg Nord para 2014-2020 foi de aproximadamente 83 milhões de euros. Cujo contributo da UE para o programa foi de 65%, de 42 milhões de euros (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015).

O programa tem por objetivo reforçar a cooperação entre as indústrias de base e as SMEs, melhorar as técnicas energéticas e ambientais, incluindo as tecnologias limpas. (Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2015)

### **Interreg Aurora**

O programa Interreg Aurora é um programa financiado pela União Europeia para a cooperação transfronteiriça entre 2021 e 2027. Abrange o território da Noruega, Suécia e Finlândia, assumindo um papel importante na ligação da estratégia do Pacto Ecológico Europeu, com os planos nacionais e os planos de desenvolvimento regional e local dos países parceiros no programa (Interreg Aurora, s/d).

No setor energético, o programa foca o desenvolvimento de tecnologias energéticas, o armazenamento de energia, soluções híbridas, redes inteligentes e produção de energia, com particular destaque para a produção de bioenergia: *“draining wetlands for natural resource exploitation, more productive forestry and using peatlands for energy production”* (Interreg Aurora, s/d, p. 38).

O programa Interreg Aurora financia projetos através de um orçamento de 99 milhões de euros (Interreg Aurora, s/d).

---

<sup>18</sup> Objetivo de Cooperação Territorial Europeia (também denominado como Interreg).

## Capítulo 5 – Análise e Discussão de Resultados

### 5.1. Evolução das prioridades e ações da UE no Ártico no setor energético 2014 - 2022

Nesta dissertação apontámos 2 acontecimentos geopolíticos que considerámos particularmente relevantes para a segurança energética europeia na sua ação no Ártico, principalmente no seio do BEAC: A crise energética que resultou da anexação da Crimeia (2014) e a crise energética resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia (2022). Apresentamos 2 quadros que, respetivamente, demonstram a evolução da Estratégia Energética da UE e os objetivos energéticos da UE no Ártico contemplados nos documentos da UE sobre o Ártico.

Figura 5: Evolução das principais ações e prioridades da Estratégia Energética da UE

2015	2019	2022
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversificação das fontes de energia;</li> <li>- Mercado Europeu da Energia totalmente integrado;</li> <li>- Eficiência energética que contribua para a moderação da procura;</li> <li>- Descarbonização da economia;</li> <li>- Investigação, inovação e competitividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transição Energética;</li> <li>- Eliminação do carvão e descarbonização do setor do gás;</li> <li>- Integração, interligação e digitalização do mercado europeu da energia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fim urgente das importações de energia fóssil proveniente da Rússia;</li> <li>- Diversificar o aprovisionamento energético;</li> <li>- Acelerar a transição energética da Europa.</li> </ul>

Em 2015, a prioridade da estratégia energética da UE focava primeiramente a diversidade das fontes de energia, colocando a prioridade na segurança energética assente na perspetiva comunitária baseada na *solidariedade, cooperação e escala* (Comissão Europeia, 2015). Todavia, a Comissão Europeia destaca, secundariamente, a importância da integração de medidas de sustentabilidade na política energética e promover a descarbonização das economias.

Em 2019, o nexu entre a Política Energética e Política Climática torna-se uma prioridade de urgente prossecução, principalmente a transição energética: baseada na produção de energias renováveis, complementada pela rápida eliminação do carvão e descarbonização do setor do gás. Neste documento destacam-se questões de segurança no contexto da capacidade de resistência climática e ambiental, afim de evitar que os desafios resultantes da transição energética possam desencadear conflitos e insegurança nas comunidades mais vulneráveis (Comissão Europeia, 2019). No Pacto Ecológico Europeu, apenas é dada a opção do gás natural como único combustível fóssil contemplado para a transição energética segura e justa, em que são propostas medidas para a descarbonização deste setor. A Comissão Europeia, nesta estratégia, não reflete, todavia, sobre as contingências em torno da segurança do aprovisionamento de gás natural à UE.

Em 2022, destacamos um retorno à urgência da diversificação das fontes de energia não renovável, devido à necessidade do fim urgente da importação da energia russa, pelo que se regista o recurso à cooperação mais aprofundada com outros fornecedores energéticos do Ártico. Ademais, a documentação também expõe a prioridade na produção da energia renovável, com o objetivo de alcançar a autonomia energética no longo prazo.

Figura 6: Evolução dos principais objetivos e prioridades da Estratégia e Política da UE no Ártico

2014	2016	2021	2022
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção de energia verde e sustentabilidade dos recursos;</li> <li>- Investimento em investigação científica;</li> <li>- Proibição de perfurações petrolíferas offshore no Ártico Europeu.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição do recurso aos combustíveis fósseis;</li> <li>- Investimento na inovação sustentável e investigação científica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não-exploração do petróleo, do carvão e do gás no Ártico;</li> <li>- Apoiar o potencial do Ártico em matéria de energias renováveis;</li> <li>- Reforçar a cooperação em matéria de energias limpas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foco no Pacto Ecológico Europeu da UE;</li> <li>- Entendimento de que a solução a curto prazo para a dependência energética da UE reside no Norte;</li> <li>- Investimentos científico e tecnológico nas</li> </ul>

			áreas das energias renováveis e tecnologias energéticas.
--	--	--	--

Em 2014, a documentação foca o investimento científico através dos programas para a cooperação científica entre os Estados do Ártico, principalmente na área da sustentabilidade energética e energias renováveis. Exortando ademais, à criação de normas regulamentadoras que contemplem a proteção ambiental e segurança para a exploração, prospeção e produção de petróleo. Desencorajando, todavia, as perfurações petrolíferas nas águas no Ártico Europeu.

Da análise documental da Comissão Europeia de 2016 depreendemos uma mudança de foco nas prioridades energéticas/climáticas. Esta Comunicação da Comissão Europeia dá importância aos desenvolvimentos atingidos com o Acordo de Paris de 2015 e, portanto, centra-se no desenvolvimento das energias renováveis e na investigação científica com vista ao desenvolvimento sustentável no Ártico. Não mencionando, a questão da extração dos recursos hidrocarbonetos no Ártico, incentivando apenas a redução da sua utilização.

Em 2021, destacamos a militância da UE para a não exploração de recursos fósseis no Ártico (não distinguindo aqui a exploração *offshore* de *onshore*). O documento demonstra o empenho na cooperação no âmbito das energias limpas e na transição energética através do desenvolvimento tecnológico e inovador, principalmente no tocante da transição energética, energia sustentável e transição energética das indústrias, trazendo para o Ártico o compromisso com o Pacto Ecológico Europeu.

Em 2022, a documentação recoloca na agenda a diversificação das fontes de energia, conferindo a importância do Ártico, principalmente da Noruega, como exportador de energia fóssil, procurando assim colmatar a crise energética causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no mercado energético europeu. Porém, insiste que o foco da UE no Ártico reside no cumprimento do Pacto Ecológico Europeu, enfatizando neste sentido, o investimento nas energias renováveis e nas tecnologias energéticas.

Da análise efetuada à documentação primária, constatou-se que os acontecimentos acima identificados não provocaram alterações substantivas no quadro da *governance* do Ártico Europeu relativamente ao sector energético no decurso do período 2014-2022.

Acrescente-se, ainda, que na definição dos respetivos vetores estratégicos por parte da UE para a região, constata-se uma clara opção por uma estratégia cooperativa, assente nas relações multilaterais que estabelece com a organização regional de referência no sector e que constitui o estudo de caso simples desta dissertação: o BEAC. Relativamente às prioridades e objetivos estratégicos: não se denotam variações, visto que os objetivos da UE para o Ártico no setor energético carecerem de objetividade e especificidade e, portanto, adaptam-se aos contextos emergentes sem necessidade de alterações significativas. Constatamos, todavia, que as alterações se verificam na urgência relativamente à prossecução dos objetivos e subordinados vetores estratégicos, redirecionando o foco para determinadas prioridades consoante as mudanças da *governance* e geopolítica do Ártico. Esta tendência destaca-se na documentação sobre a ação da UE no Ártico e na documentação sobre a Estratégia Energética da UE.

## 5.2. Vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico

Da análise supra constatamos, a partir da documentação primária relativa à política e estratégia da UE no Ártico e da própria Estratégia Energética da UE, que as propostas, ações e objetivos apresentados por aquela organização carecem de objetividade e de profundidade. Dada esta limitação, recorreremos à análise da sua ação indireta (não necessariamente direcionada para a questão energética) no Ártico europeu, designadamente através da sua presença por via da Comissão Europeia, no BEAC, com o objetivo de inferir vetores estratégicos mais objetivos da ação da UE no Ártico no setor energético. Estes vetores, à semelhança dos vetores diretamente ligados ao setor energético, foram extraídos da análise da documentação primária dos documentos analisados supra (nos capítulos 2, 3 e 4 desta dissertação).

### a) **Cooperação Multilateral: BEAC**

Os diversos fóruns regionais do Norte da Europa desempenham o papel de tornar a UE e o Ártico mais próximos e interdependentes (Zavadskaia, 2014). O BEAC é entendido, neste sentido, como um quadro altamente relevante para a participação da UE no regime de cooperação do Ártico, contribuindo, ainda, para o estreitar das relações com os Estados do Ártico não-membros da UE.

A cooperação no seio no BEAC é conduzida através do investimento na ciência e inovação tecnológica. Esta forma de cooperação, característica do BEAC, tem um potencial de repercussão dos objetivos, prioridades e normas de atuação resultantes dos

projetos científicos desenvolvidos, para as demais regiões do Ártico (Renault, 2022). Esta instrumentalização do BEAC para a disseminação de normas e regras desenvolvidas pela UE, através dos programas de cooperação científica, constitui um fator importante no aumento de poder e influência na região do Ártico.

#### **b) Cooperação e Diplomacia científica**

Em virtude de a energia ter uma relação muito estreita com a ação climática, depreendemos a similaridade nas conclusões que retirámos da nossa análise com as de Heidi Renault na obra *Fostering the EU's actorness in the Arctic: the interplay between science and regionalism*, de 2022, principalmente no tocante da cooperação e diplomacia científica no BEAC. Assim como Renault, determinamos que a importância das capacidades da UE em matéria de investigação científica e de cooperação, permite a prossecução de interesses estratégicos através de um discurso mais altruísta (Renault, 2022).

No que respeita ao lugar da ciência no regime do Ártico, a cooperação científica é considerada um instrumento estratégico para alcançar os objetivos da UE nos diversos domínios, de entre os quais, a energia, destacada pela investigação e investimento em tecnologia para produção de energias renováveis.

Esta forma de cooperação e diplomacia está presente nas principais comunicações da UE sobre o Ártico. Entre 2014 e 2016, as Comunicações da UE referiram a importância do desenvolvimento dos instrumentos financeiros e as capacidades operacionais da UE. Em 2021 e 2022, esses instrumentos de cooperação científica continuaram a ocupar um lugar significativo na política da UE para o Ártico, demonstrando uma preocupação através do investimento científico para o cumprimento da transição energética explanada no Pacto Ecológico Europeu.

Neste contexto, entendemos que o setor energético é um dos interesses estratégicos mais importantes da UE no Ártico, estando assente no compromisso com a proteção ambiental do Ártico, promovendo a cooperação científica com vista a aumentar a sua capacidade de ação no setor energético.

Neste sentido, os projetos científicos conduzidos ao abrigo do BEAC, reforçam as redes regionais aprofundando a interdependência e revelando o processo de integração regional da UE no Ártico, “*the EU does not only use science diplomacy to achieve its strategic goals but also a form of regionalism diplomacy. This diplomacy is building on*

*the use of scientific regional cooperation to promote wider political objectives.*” (Renault, 2022, p. 34).

Assim, a nível regional, a presença da UE é reforçada através dos seus instrumentos financeiros para a cooperação científica. Estes instrumentos são particularmente importantes para o aumento da influência da UE no Ártico, visto que os requisitos para o financiamento de projetos são os principais veículos do poder normativo e dos objetivos de política externa da UE, através da harmonização das normas na cooperação científica na região, incluindo nos Estados não-membros da UE, como a Noruega e a Rússia: *“a influência a União Europeia pode ser determinante para definir o futuro desenvolvimento da parte europeia do Ártico mediante a aplicação das normas da UE relevantes para efeitos do EEE e a utilização de instrumentos financeiros.”* (Comissão Europeia, 2016, p. 9).

A cooperação científica foi realçada como uma oportunidade de financiamento cujos resultados das investigações podem contribuir para o desenvolvimento de normas para o Ártico- *“Normas Árticas”* (Comissão Europeia, 2016, p. 10), assentes na sustentabilidade e proteção ambiental.

Neste sentido, destacamos que os programas de financiamento para a cooperação científica da UE são instrumentos estratégicos, visto que a UE define a maioria das áreas prioritárias dos programas de investigação de acordo com os seus interesses estratégicos. No caso do setor energético, as prioridades destacadas nestes programas são: a eficiência energética e poupança energética, capacitação das comunidades indígenas no setor energético; e produção de energia renovável (com o principal destaque para a energia eólica, hidroelétrica e biomassa).

### **c) Desenvolvimento da região do Ártico Europeu**

O Ártico Europeu é a principal ponte da UE para o Ártico (Stępień & Koivurova, 2017), como tal, o reforço através do desenvolvimento do Ártico Europeu e dos benefícios os Estados desta região tiram do facto de fazerem parte da UE ou do EEE<sup>19</sup> (do seu mercado único e da aplicação das políticas comunitárias) reforçam a credibilidade da UE enquanto interveniente no Ártico (Stępień & Koivurova, 2017). Para a UE, as regiões nórdicas da Europa têm de possuir economias inovadoras e dinâmicas e que apresentem

---

<sup>19</sup> Espaço Económico Europeu

vias, soluções e estratégias de desenvolvimento sustentável (Stępień & Koivurova, 2017), para que desempenhem o seu papel de porta de entrada da UE para o Ártico.

Na comunicação de 2016, foi lançada a iniciativa de reunir os programas de financiamento da UE e os fóruns de cooperação do Ártico Europeu, criando *O Fórum das partes interessadas do Ártico Europeu*. Este fórum produz um conjunto de prioridades de investimento e investigação para o Ártico, podendo ser aplicadas nos programas de financiamento da UE (Comissão Europeia, 2016). Neste sentido, reflete-se a importância da diplomacia científica da UE, visto que as prioridades embelecidas terão de se refletir nas estratégias, programas e decisões políticas na região do Ártico Europeu.

O objetivo de desenvolver o Ártico Europeu no setor energético está refletido nos instrumentos financeiros para a cooperação científica na zona do Ártico Europeu (principalmente da zona do Mar de Barents).

O desenvolvimento do Ártico Europeu como uma região poderá reforçar a presença da UE no Ártico, especialmente porque confere legitimidade à UE como ator regional. Este investimento visa alterar a perceção que os estados do Ártico têm da UE, que procura deter maior poder de decisão nas áreas das suas prioridades estratégicas, principalmente nas áreas da ação climática e energética.

## Conclusão

O Ártico, impulsionado pela descoberta de depósitos de hidrocarbonetos emergiu como um teatro de cooperação e competição entre os estados do Ártico e os atores internacionais. Neste contexto, o interesse da UE em diversificar as suas fontes de energia e afirmar a sua influência regional tornou-se cada vez mais evidente.

A escolha da UE no contexto do Ártico decorre do seu significativo potencial energético, dos laços geopolíticos com a UE e da integração da UE em várias organizações do Ártico, nomeadamente o BEAC. Apesar do papel limitado da UE no Conselho do Ártico<sup>20</sup>, a sua participação em organizações multilaterais como o BEAC oferece vias para avançar os seus objetivos estratégicos no setor energético.

O período em análise, de 2014 a 2022, foi marcado por acontecimentos geopolíticos cruciais- a anexação da Crimeia e o conflito Rússia-Ucrânia-, que sublinharam o imperativo da UE de reavaliar a sua estratégia energética e reduzir a dependência do abastecimento energético russo. Consequentemente, a UE procurou reforçar os laços com fornecedores de energia alternativa à Rússia, investindo simultaneamente em estratégias de longo prazo que priorizam as energias renováveis e a eficiência energética.

No decorrer deste período, a UE demonstrou um compromisso contínuo com a promoção da investigação científica, a transição para fontes de energia sustentáveis e a cooperação internacional para enfrentar os desafios ambientais e energéticos na região do Ártico. A partir das resoluções do Parlamento Europeu e das Comunicações Conjuntas ao Parlamento e ao Conselho, é evidente que a UE reconhece a importância crítica da investigação científica como um catalisador para o desenvolvimento sustentável no Ártico.

Os instrumentos financeiros disponíveis são destacados como instrumentos-chave para apoiar projetos de energia sustentável e eficiência energética na região. Assim como a parceria estratégica entre a UE e a Noruega emerge como um exemplo positivo de cooperação internacional para garantir a segurança energética e promover a transição para fontes de energia mais sustentáveis.

Relativamente à estratégia energética da União Europeia, concluímos que evoluiu significativamente ao longo do período temporal em análise, enfrentando desafios relacionados com a segurança energética, a sustentabilidade ambiental e a

---

<sup>20</sup> Assumida pela UE como a organização mais relevante na região do Ártico (Parlamento Europeu, 2008).

competitividade económica. A heterogeneidade das economias dos Estados-Membros e as complexidades geopolíticas têm exigido uma abordagem multifacetada e coordenada para garantir um futuro energético mais seguro, limpo e resiliente para a Europa.

Os documentos destacados neste estudo - a *União da Energia* de 2015, o *Pacto Ecológico Europeu* de 2019 e o *Plano REPowerEU* de 2022 - refletem a progressão contínua das políticas e ações da UE em direção a uma transformação energética abrangente:

A União da Energia de 2015 lançou uma abordagem integrada para diversificar fontes, integrar mercados e aumentar a eficiência energética, fortalecendo a segurança e promovendo a transição para uma economia de baixo carbono. O Pacto Ecológico Europeu de 2019 reafirmou o compromisso com a neutralidade carbónica até 2050, impulsionando a cooperação regional e a inovação tecnológica. O Plano REPowerEU de 2022, em resposta à crise energética causada pelo conflito Rússia-Ucrânia, destacou a adaptação da UE ao reduzir a dependência de combustíveis fósseis russos e acelerar a transição para energias limpas. Em conjunto, estes documentos representam um compromisso contínuo com a construção de um sistema energético mais resiliente, sustentável e competitivo para a Europa. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas exige uma cooperação estreita entre os Estados-Membros, o setor privado e a sociedade civil, bem como investimentos significativos em investigação, inovação e infraestruturas.

A conclusão desta investigação sobre a participação da União Europeia no BEAC revela a importância estratégica desta cooperação para os objetivos da UE na região do Ártico.

Embora o estatuto de observador no Conselho do Ártico seja desejável para aumentar a influência da UE, a participação da UE no BEAC demonstra uma abordagem pragmática e eficaz para enfrentar os desafios da região e concretizar os seus objetivos estratégicos no Ártico.

No que diz respeito ao setor energético, a UE desempenha um papel ativo no BEAC, participando nos *Working Groups* que abordam questões cruciais, como a transição energética e o desenvolvimento de energias renováveis. Através de programas de cooperação como o Interreg Northern Periphery and Arctic Programme (NPA), o Interreg Nord e o Interreg Aurora, a UE financia projetos que visam promover a eficiência energética, o uso de energias renováveis e a inovação tecnológica na região do Barents.

Tornando-se assim evidente que a colaboração entre a UE e os países parceiros no BEAC é fundamental para enfrentar os desafios comuns e explorar as oportunidades de desenvolvimento na região do Ártico Europeu no setor energético.

Nesta investigação, a análise da documentação primária revelou que apesar das crises energéticas resultantes da anexação da Crimeia em 2014 e da invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, os objetivos da UE para o setor energético no Ártico, careciam de especificidade, permitindo adaptarem-se a contextos emergentes sem alterações significativas. No entanto, a urgência na prossecução destes objetivos variou com o redirecionamento do foco para prioridades específicas, dependendo das mudanças na *governance* e geopolítica do Ártico. Esta tendência foi evidente tanto nos documentos sobre a ação da UE no Ártico como na documentação da Estratégia Energética da UE.

Em 2015, a ênfase estava na diversificação das fontes de energia e na integração do mercado energético europeu, enquanto que em 2022 havia uma urgência renovada na diversificação das fontes de energia devido à necessidade de por termo à dependência das importações de energia russa. Havendo ênfase contínuo na produção de energias renováveis e na inovação tecnológica.

A conclusão deste estudo sobre a ação da União Europeia na cooperação multilateral do Ártico, revela a importância dos vetores: cooperação multilateral, cooperação e diplomacia científica, e o desenvolvimento da região do Ártico Europeu, no contexto do setor energético.

A análise ressaltou a importância da participação da UE em fóruns regionais como o BEAC para fortalecer laços com os Estados do Ártico e ampliar sua influência normativa e política na região. A diplomacia científica foi identificada como um vetor estratégico para a transição energética e a proteção ambiental, com a UE promovendo padrões através de investimentos em energias renováveis. Por fim, o desenvolvimento do Ártico Europeu, como o Mar de Barents, reforça o compromisso da UE com a cooperação regional e sua presença como ator relevante no Ártico.

Nesta conjuntura, o nexo política energética – política climática foi um fator importante para o entendimento da ação da UE no setor energético no Ártico, principalmente, após o Pacto Ecológico Europeu, que aproximou os objetivos climáticos dos objetivos energéticos da UE. Desta forma, a UE contribui para os seus objetivos individuais: promove a sua posição como interveniente no Ártico e concretiza os objetivos estratégicos no setor energético. Secundariamente, promove os objetivos de

sustentabilidade, proteção ambiental e transição energética comuns entre os Estados, organizações e populações indígenas do Ártico.

Dada esta conclusão podemos finalmente responder à pergunta de partida: **À luz da participação da Comissão Europeia no BEAC, quais os vetores estratégicos centrais da ação da União Europeia no Ártico, no setor energético, entre 2014 e 2022?**

A análise dos diversos documentos relativos aos programas de cooperação científica e instituições governamentais, documentação sobre a ação da UE na *governance* do Ártico, contemplando, sempre a conjuntura política e económica do período temporal em análise, permitiu identificar vetores estratégicos centrais que orientaram a ação da UE na região entre 2014 e 2022. Os vetores apresentados constituem, os mínimos denominadores comuns do cruzamento da informação referente aos objetivos, prioridades, focos de atuação, políticas e investimento em investigação científica da UE no Ártico, no setor energético, à luz da sua participação no BEAC.

- **A promoção do aumento sustentável das energias renováveis no Ártico** destacou-se como uma abordagem fundamental. Os documentos analisados propuseram uma gama diversificada de fontes, incluindo hidroelétrica, eólica, solar, geotérmica, hidrogénio verde e biomassa, refletindo o compromisso da UE com a transição energética e a mitigação das mudanças climáticas.
- **A cooperação multilateral no seio do BEAC** emergiu como uma plataforma crucial para promover os objetivos energéticos da UE no Ártico. Esta relação de cooperação não só facilitou a disseminação de normas e regras desenvolvidas pela UE, mas também permitiu a convergência de esforços entre os países membros em direção a objetivos comuns de sustentabilidade e segurança energética.
- **A diplomacia científica e os programas de financiamento** desempenharam um papel vital na concretização das prioridades da UE no setor energético e climático. Ao investir no desenvolvimento de conhecimento e tecnologias relacionadas com a sustentabilidade energética, a UE fortaleceu a sua relevância como ator no Ártico, aplicando decisões baseadas em resultados de investigação científica.

- **O desenvolvimento da região do Ártico Europeu** emergiu como um vetor-chave, que visa aumentar a presença, legitimidade e capacidade decisória da UE na governança da região. Este vetor estratégico contribuiu para posicionar a UE como uma entidade relevante e influente no cenário do Ártico, procurado alcançar instâncias importantes na região na formulação de políticas e diretrizes regionais.

Com isto, demonstramos ainda, o nosso argumento de que através da instrumentalização do BEAC, a UE aumentará a possibilidade de concretizar os seus objetivos estratégicos no setor energético, no Ártico:

Essa instrumentalização encontra-se fundamentada através da demonstração da importância do Ártico Europeu para impulsionar as normas, políticas e ambições da UE nas demais regiões do Ártico. A utilização estratégica de organizações do Ártico Europeu como o BEAC permite a ampliação do alcance dos objetivos da UE além da região do Mar de Barents e do Ártico Europeu. Conforme analisado no capítulo da “Análise e Discussão de Resultados”, ficou evidente que o BEAC desempenha um papel crucial como um quadro altamente relevante para a participação da UE na *governance* do Ártico, contribuindo também para o estreitar das relações com os Estados do Ártico não pertencentes à UE.

Ademais, a cooperação científica característica do BEAC possui o potencial de ampliar a disseminação dos objetivos, prioridades e normas estabelecidas pelos projetos científicos desenvolvidos, influenciando outras regiões do Ártico. A instrumentalização do BEAC para a promoção e disseminação dos objetivos estratégicos da UE através de programas de cooperação científica, representa um fator significativo para o aumento do poder e da influência da UE na região do Ártico.

Por fim, olhando para o futuro, a cooperação contínua, a investigação e o alinhamento com os objetivos climáticos globais serão essenciais para a UE navegar no complexo cenário da *governance* energética e da geopolítica do Ártico. Em conclusão, esta investigação contribui para a discussão sobre o envolvimento da UE em organizações multilaterais para a consolidação da sua estratégia energética. Ademais, defende uma compreensão diferenciada da participação da UE no Ártico num quadro mais amplo da segurança energética da UE. Ao identificar os vetores estratégicos que impulsionam a agenda energética da UE no Ártico, este estudo abre caminho para futuras investigações que versem a importância da cooperação e das organizações multilaterais para a estratégia

energética da UE, assim como, para estudos sobre a participação da UE no regime do Ártico que se caracteriza como uma região estrategicamente significativa.

## Bibliografia

- Ae Jung, K. (março de 2007). Cooperation and Game Theory in International Relations. *Osaka University Knowledge Archive : OUKA*, 11, pp. 109-124.
- Airoidi, A. (2008). *The European Union and the Arctic: policies and actions*. Copenhaga: Nordic Council of Ministers.
- Alaska Energy Authority. (2019). *Annual Report to Alaskans*. Obtido em 2024 de janeiro de 20, de <https://www.akenergyauthority.org/>
- Arruda, G. (2019). *Renewable energy for the Arctic: new perspectives*. London: Routledge.
- Axelrod, R. (1980). Effective Choice in the Prisoner's Dilemma. *The Journal of Conflict Resolution*, pp. 3-25.
- Axelrod, R. (2006). *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- Axelrod, R., & Keohane, R. (1985). Cooperation under Anarchy. *Cambridge University Press*, 38, pp. 226-254.
- Bailes, A. J., & Ólafsson, K. (2017). The EU Crossing Arctic Frontiers: The Barents Euro-Arctic Council, Northern Dimension, and EU-West Nordic Relations. Em N. Liu, E. Kirk, & T. Henriksen, *The European Union and the Arctic* (pp. 40-62). Brill | Nijhoff.
- Balão, S. (2012). A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico. *Debater a Europa*, pp. 169-270.
- Balão, S. (2014). The European Union's Arctic Strategy(ies): The Good and/or the Evil? Em L. Heininen, *Security and sovereignty in the North Atlantic* (pp. 100-123). Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Barents Euro-Arctic Council. (21 de janeiro de 2024). *The Barents Region*. Obtido de <https://barents-council.org/about-us/the-barents-region>
- Barents Euro-Arctic Council. (s/d). *About the Barents Euro-Arctic Council*. Obtido em 01 de 12 de 2023, de The Barents Euro-Arctic Council: <https://barents-council.org/barents-euro-arctic-council/about-the-council>
- Barents Euro-Arctic Council. (s/d). *Cooperation in the Barents Euro-Arctic Region*. Obtido em 1 de dezembro de 2023, de Thee Barents Euro-Arctic Council: <https://barents-council.org/about-us/cooperation-in-the-barents-euro-arctic-region>
- Barents Euro-Arctic Region. (2018). *The Barents Program 2019-2023*.

- Bertelsen, R. (2020). Science diplomacy and the Arctic. Em G. Gjørsv, M. Lanteigne, & H. Sam-Aggrey, *Routledge Handbook of Arctic Security* (pp. 234-245). Londres: Routledge.
- Biedermann, R. (2020). Adapting to the changing Arctic? The European Union, the Nordics, and the Barents Governance Mosaic. *Journal of Contemporary European Studies*, 28, pp. 167-181.
- Bird, K. J., Charpentier, R., Gautier, D., Houseknecht, D., Klett, T., Pitman, J., . . . Wandrey, C. (2008). *Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle*. USGS Fact Sheet.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª edição ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Byers, M. (2013). *International Law and the Arctic*. New York: Cambridge University Press.
- Clausewitz, C. v. (1989). *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Comissão Europeia. (2007). artigo nº 3º, 4º, 5º. *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*.
- Comissão Europeia. (28 de maio de 2014). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Estratégia europeia de segurança energética. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (25 de fevereiro de 2015). Pacote União da Energia: Comunicação da Comissão ao Parlamento europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento. *Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (27 de abril de 2016). Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Uma política integrada da União Europeia para o Ártico. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (11 de dezembro de 2019). Pacto Ecológico Europeu. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões COM(2019) 640 final*.
- Comissão Europeia. (2021). Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Um

empenhamento mais forte da UE em prol de um Ártico pacífico, sustentável e próspero. Bruxelas.

Comissão Europeia. (2022 a). *Commission Implementing Decision of 25.1.2022. On the financing of the individual measure for EU foreign policy needs on support to EU Arctic policy for 2022*. Bruxelas.

Comissão Europeia. (18 de maio de 2022 b). Acção externa da UE no domínio da energia num mundo em mudança. *Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas.

Comissão Europeia. (2022 c). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Plano REPowerEU*. Bruxelas.

Comissão Europeia. (1 de dezembro de 2022). *Connecting Europe Facility*. Obtido em 12 de outubro de 2023, de Innovation and Networks Executive Agency: <https://wayback.archive-it.org/12090/20221201103355/https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility>

Comissão Europeia. (2022 d). *REPower the EU by engaging with energy partners in a changing world*.

Comissão Europeia. (2022 e). *REPowerEU with Clean Energy*.

Comissão Europeia. (23 de junho de 2022 f). Joint EU-Norway statement on strengthening energy cooperation. Bruxelas.

Comissão Europeia. (3 de junho de 2022). Russia's war on Ukraine: EU adopts sixth package of sanctions against Russia.

Comissão Europeia. (s/d). Interreg V-A - Sweden-Finland-Norway (Nord). Obtido em 4 de outubro de 2023, de [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/in-your-country/programmes/2014-2020/se/2014tc16rfcb032\\_en](https://ec.europa.eu/regional_policy/in-your-country/programmes/2014-2020/se/2014tc16rfcb032_en)

Comité das Regiões Europeu. (29 de junho de 2022). Parecer do Comité das Regiões Europeu — A nova estratégia da UE para o Ártico. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Conselho da União Europeia. (12 de maio de 2014). Council conclusions on developing a European Union Policy towards the Arctic Region. Bruxelas.

Conselho da União Europeia. (2016). *Council Conclusions on the Arctic*. Bruxelas.

- Copernicus. (2019). *European Arctic*. Obtido em 2024 de 01 de 20, de European Arctic | Copernicus: <https://climate.copernicus.eu/ESOTC/2019/european-arctic>
- Couto, A. C. (1982). Relações entre a Estratégia e a Política. *Nação e Defesa*, pp. 113-127.
- Dobson, N., & Trevisanut, S. (12 de 3 de 2018). Climate Change and Energy in the Arctic—The Role of the European Union. *The International Journal of Marine and Coastal Law*, 33, pp. 380-402.
- Dougherty, J., & Pfaltzgraff, R. (1971). *Contending theories of international relations*. Nova Iorque: J. B. Lippincott Company.
- Exner-Pirot, H., & Murray, R. (2017). Regional Order in the Arctic: Negotiated Exceptionalism. *Politik*, pp. 47-64.
- European Environmental Agency: Arctic resources. (s.d.). Obtido em 11 de setembro de 2024, de European Environmental Agency: <https://www.eea.europa.eu/en/analysis/maps-and-charts/arctic-resources?activeTab=570bee2d-1316-48cf-adde-4b640f92119b>
- Fawcett, L. (2003). Exploring regional domains: a comparative history of regionalism. *International Affairs*, 80, pp. 429-446.
- Fetting, C. (2020). *THE EUROPEAN GREEN DEAL*. ESDN Report.
- Furlong, P., & Marsh, D. (2010). Theory and Methods in Political Science. Em D. Marsh, & S. Gerry, *A Skin Not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science* (pp. 184- 211). Palgrave Macmillan.
- Gautier, D. (2011). U.S. Geological Survey Circum-Arctic Resource Appraisal. *OTC Arctic Technology Conference*. Houston, Texas, USA: OTC.
- Gricius, G., & Fitz, E. (2022). Can Exceptionalism Withstand Crises? An Evaluation of the Arctic Council's Response to Climate Change and Russia's War on Ukraine. *Global Studies Quarterly*, 3, pp. 1-6.
- Grimsley, W. M. (1994). Introduction: On strategy. Em W. Murray, M. Knox, & A. Bernstein, *The making of strategy. Rulers, states, and war* (pp. 1-23). Cambridge: Cambridge University Press.
- Guba, E., & Lincoln, Y. (1981). *Effective evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Hasanat, W. (2010). Cooperation in the Barents Euro-Arctic Region in the Light of International Law. *The Yearbook of Polar Law Online*, 2, pp. 279-309.

- Hasle, J., Kjellén, U., & Haugerud, O. (2009). Decision on oil and gas exploration in an Arctic area: Case study from the Norwegian Barents Sea. *Safety Science*, 47, pp. 832- 842.
- Heininen, L. (2019). Special Features of Arctic Geopolitics—A Potential Asset for World Politics. Em M. Finger, & L. Heininen, *The Global Arctic Handbook* (pp. 215-234). Cham: Springer International Publishing.
- Hilde, P. (2013). The "new" Arctic – the Military Dimension. *Journal of Military and Strategic Studies*, 131-153.
- Hopkin, J. (2010). The Comparative Method. Em D. Marsh, & G. Stoker, *Theory and Methods in Political Science* (pp. 285- 307). Palgrave Macmillan.
- Huebert, R. (2013). Cooperation or Conflict in the New Arctic? Too Simple of a Dichotomy! Em P. Berkman, & A. Vylegzhanin, *Environmental Security in the Arctic Ocean* (pp. 195-204). Dordrecht: Springer Netherlands.
- Humpert, M. (2023). Russia amends Arctic policy prioritizing 'national interest'and removing cooperation within Arctic Council. *High North News*.
- Humrich, C., & Wolf, K. (2012). *From meltdown to showdown? Challenges and options for governance in the Arctic*. Frankfurt: Peace Research Institute Frankfurt (PRIF).
- International Barents Secretariat. (2013). *The Barents Cooperation*. Kirkenes, Noruega.
- Interreg Aurora. (s/d). *Programme Strategy Document Interreg Aurora*. Comissão Europeia.
- Jessen, H. (2018). Arctic Strategies of the EU and Non-Arctic States: Identifying Some Common Elements. Em L. P. Hildebrand, L. W. Brigham, & T. M. Johansson, *Sustainable Shipping in a Changing Arctic* (Vol. 7, pp. 173-189). Cham: Springer International Publishing.
- Käpylä, J., & Mikkola, H. (2015). *On Arctic Exceptionalism: Critical reflections in the light of the Arctic Sunrise case and the crisis in Ukraine*. FIIA- Finnish Institute of International Affairs.
- Käpylä, J., & Mikkola, H. (2019). The Arctic as an Exceptional Region of Peace and Co-operation. Em M. Finger, & L. Heininen, *The Global Arctic Handbook* (pp. 155-156). Cham: Springer International Publishing.
- Keil, K. (2014). The Arctic: A new region of conflict? The case of oil and gas. *Cooperation and Conflict*, 49, pp. 162-190.

- Keohane, R. (1984). *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Keohane, R. (1989). *International institutions and state power: essays in international relations theory*. New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Keohane, R., & Nye, J. (2012). *Power and interdependence*. Boston: Longman.
- Kiyaseh, C. (2022). Careful precautions or dangerous misperceptions? Analysing the militarization strategies of the Arctic countries following the Russian invasion of Ukraine. *University of Lapland*, pp. 79-86.
- Koivurova, T., Hoel, A., Humpert, M., Kirchner, S., Raspotnik, A., Śmieszek, M., & Stępień, A. (2021). *Overview of EU actions in the Arctic and their impact*. European Union| EPRD Office for Economic Policy and Regional Development Ltd.
- Lackenbauer, P., & Dean, R. (2020). Arctic Exceptionalisms. Em K. Spohr, D. Hamilton, & J. Moyer, *The Arctic and World Order* (pp. 327-355). Washington DC: Brookings Institution Press.
- Lacroix, A., & Manwell, J. F. (2000). Wind Energy: Cold Weather Issues. *University of Massachusetts at Amherst: Renewable Energy Research Laboratory*.
- Lapland Chamber of Commerce. (2022). *Briefing paper: Investments in the Barents region, business prospects and potential*.
- Leal, J. L. (2014). *Geopolítica do Ártico do Século XXI*. Letras Itinerantes.
- Liddell, H. (1991). *Strategy*. Nova Iorque: Meridian.
- Lindholt, L. (2009). Arctic natural resources in a global perspective. *The Economy of the North*, pp. 27-40.
- Lipponen, P. (setembro de 2015). For an ambitious EU Arctic and Northern Policy. *Memorandum to European Commission President Jean-Claude Juncker*.
- Locatelli, C. (2015). EU-Russia trading relations: the challenges of a new gas architecture. *European Journal of Law and Economics*, 39, pp. 313-329.
- MacNealy, M. S. (1997). Toward better case study research. *IEEE Transactions on Professional Communication*, 40, pp. 182-196.
- Marsh, D., & Stoker, G. (2010). *Theory and Methods in Political Science* (3ª ed.). Hampshire: Palgrave Macmillan.

- Marsik, T., & Wiltse, N. (2019). A low carbon Arctic energy system? Challenges, opportunities, and trends. Em G. Arruda, *Renewable energy for the Arctic: new perspectives* (pp. 17- 43). Londres: Routledge.
- Matthew, G. E. (2023). Regional Organizations, Integration and Strategic Governance: A Comparative Analysis. Em Akpan, O., Afaha, P., & Dickson M., *Issues In Global Governance and Strategic Studies* (pp. 160-187). Abuja, Nigeria: University of Abuja Press.
- McCain, R. (2008). Cooperative Games and Cooperative Organizations. *The Journal of Socio-Economics*, 37, pp. 2155-2167.
- McCain, F. d. (1997). *Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates* (44 ed.). Rio de Janeiro: BIB- Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.
- Ministry for Foreign Affairs of Finland. (2015). *Financing of Barents Cooperation: Report of the BEAC Ad hoc Working Group on Financial Mechanism Study*. Helsinki: Finnish Chair of the Barents Euroarctic Council.
- Nakhle, C. (2022). *Will Norway turn the energy crisis into opportunity?* Obtido em 25 de julho de 2023, de Geopolitical Intelligence Services: <https://www.gisreportsonline.com/r/norway-energycrisis/>
- Northern Periphery and Arctic. (2020). *Cooperation Programme Document*. Comissão Europeia.
- Northern Periphery and Arctic Programme. (2019). *Programme Manual: Northern Periphery and Arctic Programme 2014-2020*.
- Østhagen, A. (2013). The European Union – An Arctic Actor? *Journal of Military and Strategy Studies*, 15, pp. 71-92.
- Østhagen, A. (2017). Geopolitics and Security in the Arctic: What Role for the EU? *European View*, 16, pp. 239-249.
- Østhagen, A. (2019). *The New Geopolitics of the Arctic: Russia, China and the EU*. Wilfried Martens Center for European Studies.
- Parlamento Europeu. (8 de outubro de 2008). *Governance do Ártico*.
- Parlamento Europeu. (2014). *Resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia da UE para o Ártico*.

- Parlamento Europeu. (2016). EU Arctic policy in regional context. *Directorate-General for External Policies of the Union*, Stang, G. doi:<https://data.europa.eu/doi/10.2861/371516>
- Parlamento Europeu. (2017). *Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de março de 2017, sobre uma política integrada da União Europeia para o Ártico (2016/2228(INI))*. Bruxelas.
- Parlamento Europeu. (7 de outubro de 2021). O Ártico: oportunidades, preocupações e desafios para a segurança .
- Pelaudeix, C. (2015). What is “Arctic Governance”? A Critical Assessment of the Diverse Meanings of “Arctic Governance”. *the YEARBOOK of polar law*, 6, pp. 398–4 6.
- Pereira, R. M. (2014). *A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia. (Dissertação de mestrado, ISCSP, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)*. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.5/8021>
- Portal web do Governo da Noruega. (março de 09 de 2022). *Portal web do Governo da Noruega*. Obtido em 2024 de janeiro de 08, de [Regjeringen.no: file:///C:/Users/CMP/Zotero/storage/WID25W8M/id2903486.html](http://www.regjeringen.no/file:///C:/Users/CMP/Zotero/storage/WID25W8M/id2903486.html)
- Potůček, M. (2007). Strategic Governance and the Czech Republic: Theoretical Considerations, Real-life Performance. Em M. Brusis, K. Staroňová, & R. Zubek, *Strategic Policy Making in Central and Eastern Europe* (pp. 99- 114). Bratislava: NISPAcee.
- Rahbek-Clemmensen, J. (2017). The Ukraine crisis moves north. Is Arctic conflict spill-over driven by material interests? *Polar Record*, 53, pp. 1-15.
- Raspotnik, A., & Stępień, A. (2020). The European Union and the Arctic: A Decade into Finding Its Arcticness. Em J. Weber, *Handbook on Geopolitics and Security in the Arctic: The High North Between Cooperation and Confrontation* (pp. 131-146). Cham: Springer International Publishing.
- Regional Council of the Barents Region. (11 de janeiro de 1993). Protocol Agreement from the Statutory Meeting of the Regional Council of the Barents Region (The Euro-Arctic Region). Kirkenes.
- Renault, H. (2022). *Fostering the EU’s actorness in the Arctic: the interplay between science and regionalism*. Genève: Geneva Jean Monnet Working Papers.
- Ribeiro, A. S. (2020). *Teoria Geral da Estratégia: O Essencial do Processo Estratégico*. Coimbra: Almedina.

- Roeben, V. (2018). *Towards a European Energy Union: European Energy Strategy in International Law*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Royal Society. (2010). *New frontiers in science diplomacy: Navigating the changing balance of power*. Royal Society's Science Policy Centre.
- Smouts, M.-C. (1998). The proper use of governance in international relations. *International Social Science Journal*, pp. 81- 89.
- Snidal, D. (1985). The Game Theory of International Politics. *World Politics*, 38, pp. 25-57.
- Stefan, K. (2022). International Arctic Governance without Russia. *SSRN Electronic Journal*.
- Stępień, A., & Koivurova, T. (2017). *Arctic Europe: Bringing together the EU Arctic Policy and Nordic cooperation*. Publications of the Government's analysis, assessment and research activities.
- Stepien, A., & Raspotnik, A. (outubro de 2021). *Continuity with Great Confidence: The European Union's 2021 Arctic Policy Update*. The Arctic Institute.
- Tester, J., Drake, E., Driscoll, M., Golay, M., & Peters, W. (2012). *Sustainable Energy: Choosing Among Options* (2ª edição ed.). Cambridge, MA: MIT Press.
- The Commission on Global Governance. (1995). *Our Global Neighbourhood*. Oxford: Oxford University Press.
- U.S. Department of Energy. (2020). *Arctic Energy Office: About Energy in the Arctic*. Obtido em 21 de 02 de 2023, de <https://www.energy.gov/arctic/arctic-energy-office>
- Van Langenhove, L. (2017). *Tools for an EU science diplomacy*. European Commission.
- Van Langenhove, L., & Boers, E. (2017). *Science Diplomacy in search of a purpose in the populist era*. Institute for European Studies.
- Von Neumann, J., & Morgenstern, O. (1944). *Theory of Games and economic Behavior*. Londres: Princeton University Press.
- Witt, M. d., Stefansson, H., & Valfells, A. (2019). Energy security in the Arctic: Policies and technologies for integration of renewable energy. *Arctic Yearbook 2019*, pp. 189-196.
- World Atlas: Barents Sea. (s.d.). *World Atlas: Barents Sea*. Obtido em 15 de 08 de 2024, de World Atlas: <https://www.worldatlas.com/seas/barents-sea.html>

- Young, O. R. (2005). Governing the Arctic: From Cold War Theater to Mosaic of Cooperation. *Global Governance*, 11, pp. 9-15.
- Young, O. R. (2016). Adaptive Governance for a Changing Arctic. Em L. Lunde, Y. Jian, & I. Stensdal, *Asian Countries and the Arctic Future* (pp. 15-35). Danvers: World Scientific Publishing.
- Zartman, I., & Touval, S. (2010). Introduction: return to the theories of cooperation. Em I. W. Zartman, & S. Touval, *International Cooperation: The Extents an Limits of Multilateralism* (pp. 1-11). New York: Cambridge University Press.
- Zavadskaja, N. (2014). *BEAC is what states make of it: Euro-Arctic Council from a constructive viewpoint*. [Dissertação de Mestrado]: University of Tampere.
- Ziemer, L. (2016). *European Union Actorness in Arctic Governance*. Potsdam: Institute for Advanced Sustainability Studies.